

1 **CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE, SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS**
2 **BRASÍLIA, 11 DE JULHO DE 2007**
3
4
5
6
7

8 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**
9

10 Bom dia a todos. Peço um pouco de desculpas pelo atraso, a gente se surpreendeu até com o horário
11 no quorum dessa Câmara, essa Câmara tem tido quorum às vezes mais cedo do que as outras e por
12 isso que atrasei um pouquinho. Quero dar bom dia aos Conselheiros e demais convidados aqui
13 presentes. Antes de entrarmos propriamente na pauta eu acho que seria bom para que todos
14 conheçam aqui os membros a gente fazer uma breve apresentação dos membros da Câmara Técnica.
15 Vamos começar com Fóz do Iguaçu.

16
17 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
18

19 Meu nome é André Alliana, sou Secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu, Paraná. Sou membro
20 dessa Câmara Técnica de Controle de Qualidade Ambiental e represento a ANAMMA Associação
21 Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente da Região Sul.
22

23 **Carlos Roberto Paiva da Silva – Ministério das Comunicações**
24

25 Carlos Roberto Paiva da Silva Representante do Ministério das Comunicações.
26

27 **Fernando César Carneiro – Ministério da Saúde**
28

29 Fernando César Carneiro, sou representante do Ministério da Saúde aqui no CONAMA junto com o
30 Marco Borba e o Guilherme Franco Neto. Foi a nova remodelação da participação do Ministério da
31 Saúde aqui no CONAMA. Eu atualmente coordeno a área de Vigilância em Saúde Ambiental no
32 Ministério da Saúde. Sou especialista aí nessa área e estou muito satisfeito de estar podendo hoje aqui
33 estar participando dessa Câmara Técnica e podendo dar a contribuição aí do Ministério.
34

35 **Cláudio Darwin Alonso – Governo do Estado de São Paulo**
36

37 Cláudio Alonso Representando o Estado de São Paulo, eu sou químico pela Universidade de São Paulo
38 teve mestrado em Saúde Ocupacional e Poluição do Ar na Universidade Americana, tenho 32 anos de
39 prática ambiental e um pouco cansado de tudo que estou vendo.
40

41 **Alexandre Valadares Mello – CNI/CNC**
42

43 Bom dia a todos, Alexandre Mello da Confederação Nacional da Indústria, sou especialista basicamente
44 na área de mudança do clima da CNI e também especialista na área de resíduos e estou aqui para
45 contribuir com a câmara.
46

47 **Ruth Tabaczenski – Assessora Técnica do CONAMA**
48

49 Bom dia a todos. Sou Ruth, assessora técnica do CONAMA. Realmente foi eleito a CNC como
50 Representante na Câmara Técnica e eles indicaram a CNI, fizeram um acordo com a CNI, que como
51 ela tem mais interesse nos assuntos aqui estaria como um representante, ele é um representante, ele
52 não é suplente e não é titular. Ele é um representante da CNC, apesar de ser da CNI na Câmara
53 Técnica de Saúde e Saneamento.
54

55 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**
56

57 É, porque as câmaras técnicas pelo regimento elas prevêm a possibilidade de qualquer Conselheiro
58 indicar representante com direito a voz e voto na Câmara Técnica. A dificuldade é só para no caso
59 presidir reuniões ou mesmo exercer vice-presidência que dificulta porque o representante não tem esse
60 mandato. Mas no restante, direito a voz e voto qualquer Conselheiro pode indicar representante com

61 esses poderes assim dentro de qualquer Câmara Técnica. Bom, muito bem. Nós temos ainda nessa
62 Câmara que não está presente, sim, chegou agora. Então se apresente.

63

64 **Gustavo Carvalho – ABEMA**

65

66 Bom dia, pessoal. Meu nome é Gustavo Carvalho, sou do Instituto de Meio Ambiente de Alagoas, em
67 representação da ABEMA.

68

69 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

70

71 Nós estamos aguardando ainda, não virá na verdade, a representante da sociedade civil que representa
72 o IMARH, Entidade Ambientalista da Região Nordeste. Enfim, nós temos seis Conselheiros presentes,
73 portanto temos quorum e podemos dar início a esta reunião. Nós temos uma apresentação prévia
74 sobre o funcionamento das câmaras técnicas, considerando que nós temos Conselheiros aqui que
75 ainda não participaram de Câmara Técnica, então nós vamos fazer uma brevíssima apresentação. Eu
76 gostaria que todos que estão aqui presente se apresentassem também. Acontece que nós estamos
77 sem microfone sem fio. Apenas o nome e a instituição para a gente fazer isso brevemente.

78

79 **Maria Cristina de Sá Oliveira Brito - ANA**

80

81 Maria Cristina Sá Brito, Agência Nacional de Águas.

82

83 **Carlos Roberto Crespo – IDPN**

84

85 Carlos Roberto Crespo, Instituto de Defesa do Patrimônio Nacional.

86

87 **Marco Antônio Borba – Ministério da Saúde**

88

89 Marco Borba do Ministério da Saúde.

90

91 **Aramis Cardoso Beltrami – Ministério da Saúde**

92

93 Aramis Cardoso também do Ministério da Saúde.

94

95 **Tarso de Sá - CNTA**

96

97 Tarso de Sá representando a CNTA.

98

99 **Bruno C. Breitenbach – MAPA**

100

101 Bruno, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento .

102

103 **Alberto Alexandre dos Santos - FITAC**

104

105 Alberto Alexandre dos Santos representando a Federação Internacional dos trabalhadores de Amianto
106 Crisotila.

107

108 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário/SRH/MMA**

109

110 Roberto Alves Monteiro da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

111

112 **Mirtes Boralli – MMA/SEMUC**

113

114 Mirtes Boralli do Ministério do Meio Ambiente.

115

116 **Rita Lima de Almeida – MMA/SEMUC**

117

118 Rita da Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

119

120 **Sílvia Regina da Costa Gonçalves – MMA/SRHU**

121
122 Sílvia Gonçalves, Secretária de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.
123
124 **Walter Tegani – ANIP**
125
126 Walter Tegani da Associação Nacional de Indústria de Pneumáticos.
127
128 **Jaime Cynamon – ABINEE**
129
130 Jaime, Diretor de Meio Ambiente da ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.
131
132 **Fausto Renato Rezende – ENERGIZER**
133
134 Fausto Rezende, Representante da Energizer, fabricante de pilhas.
135
136 **Lúcia Erica Sakamiwa – ABINEE**
137
138 Lúcia Erica Sakamiwa da ABINEE Associação Brasileira de Indústria Eletroeletrônica
139
140 **Charleston V. Castellani – ABINEE**
141
142 Charleston da ABINEE. Associação Brasileira de Indústria de Eletroeletrônica.
143
144 **José Mariano Filho – ABINEE/ Panasonic**
145
146 José Mariano Filho da ABINEE, Panasonic.
147
148 **Jorge Yoshio Hiodo – SEMUC/DLAA/MMA**
149
150 Jorge Yoshio Hiodo da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio
151 Ambiente.
152
153 **Rossana Gasparini – ELABORE**
154
155 Luciana Gasparini da Elabore.
156
157 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
158
159 Denise da Secretaria Executiva do CONAMA
160
161 **Alexandre Alves – CONAMA/MMA**
162
163 Alexandre Alves, CONAMA do Ministério do Meio Ambiente.
164
165 **José Alberto Rodrigues Santos – IBC**
166
167 José Alberto, Instituto Brasileiro de Crisotila.
168
169 **Thaís Chueri – PATRI**
170
171 Thaís, da PATRI, políticas públicas.
172
173 **Alessandro C. O. Moreira – IBAMA – DIQUA**
174
175 Alessandro Moreira, Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA .
176
177 **Zilda Veloso – IBAMA**
178
179 Coordenadora Geral de Qualidade Ambiental do IBAMA .
180

181 **Ruth Tabacznski – Assessora Técnica do CONAMA**

182

183 Ruth Thabacznski, Assessora Técnica do CONAMA.

184

185 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

186

187 Bom, nós temos o Roberto aqui que é da equipe de apoio do CONAMA. Temos duas colegas da
188 estenotipia, geralmente elas não gostam de se apresentar e não é necessário porque elas já estão
189 anotando tudo aqui e também a Lisiane que é da equipe de apoio, e aliás eu quero parabenizar a
190 equipe de apoio hoje, porque chegou aqui bem cedinho e instalou tudo e está funcionando bem legal. E
191 eu quero pedir a todos, embora vocês tenham se apresentado, se eventualmente o Presidente que nós
192 vamos eleger daqui a pouco aqui, eu estou falando o Presidente, porque eu só estou vendo homem na
193 Câmara Técnica. No momento que elegermos o Presidente, ele tem a prerrogativa eventualmente de
194 ceder a palavra para qualquer pessoa presente ou não. Mas se ceder é preciso que vocês se lembrem
195 sempre de se apresentar antes de falar, porque novamente nós não vamos conseguir lembrar de todos
196 quando falar. Então vamos lá, vou fazer bem breve essa apresentação, porque a maioria aqui já
197 conhece a mecânica das Câmaras Técnicas. Vou procurar fazer brevemente e qualquer dúvida vocês
198 podem me interromper e perguntar. Então o Conselho Nacional de Meio Ambiente ele tem como
199 missão, como competência como órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e consultivo do
200 SISNAMA é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. A finalidade é acessar, estudar e propor
201 ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos
202 naturais. Deliberar no âmbito de sua competência sobre normas e padrões compatíveis com o Meio
203 Ambiente. Algumas competências. São dezessete competências mais resumidamente ele tem como
204 competência estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da Qualidade
205 do Meio Ambiente e essa Câmara especificamente tem uma missão importante em relação a essa
206 competência. Estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividade potencialmente ou
207 efetivamente poluída ora. Estabelecer normas e padrões nacionais de controle da poluição veicular,
208 acompanhar a implementação do SNUC e decidir também sobre as penalidades impostas pelo IBAMA
209 em última instância. A composição atualmente da Câmara são 107 membros sendo que três são
210 convidados. Representando o Ministério Público Federal Estadual e o Congresso Nacional, e portanto
211 são 104 membros com quorum mínimo de 53 pessoas nas plenárias. A distribuição é essa que está na
212 tela, por segmentos. As câmaras hoje existentes são onze câmaras. Assuntos internacionais,
213 atividades minerárias, enfim essa lista toda aí que eu nem vou precisar ler, porque eu acredito que a
214 maioria dos senhores já conhece. O processamento de uma Resolução no CONAMA normalmente ela
215 é apresentada por Conselheiro do CONAMA ou pelas instituições que prestam assistência técnica ao
216 Conselho, especialmente o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ANA ou Serviço Florestal Brasileiro,
217 mas mesmo assim apresentam por intermédio ou da Secretaria Executiva ou de Conselheiro do
218 Ministério do IBAMA ou da ANA. E quando o tema é complexo a Câmara Técnica podem ter para
219 Grupo de Trabalho para que avance no debate sobre a matéria em questão, e claro que o Grupo de
220 Trabalho não tem caráter deliberativo, ele traz propostas fechadas numa minuta de Resolução, ou se
221 for outro tipo de decisão, recomendação, na forma de consenso. Aquilo que não tem acordo vem como
222 dissenso e aí a Câmara Técnica vota as matérias que vêm do Grupo de Trabalho, vota em primeira
223 instância observando o mérito técnico da matéria. Aprovado na Câmara Técnica passa para a Câmara
224 de Assuntos Jurídicos que aprecia a legalidade e constitucionalidade da proposta e eventualmente
225 técnica legislativa também dos textos. Agora, esse é um aspecto que tem sido sempre muito recorrente
226 nos debates de Câmaras Técnicas que é o grau de interferência da Câmara de Assuntos Jurídicos.
227 Porque como ela funciona como um filtro no aspecto de legalidade e constitucionalidade para depois
228 remeter ao plenário e como alterações de mérito legal constitucional muitas vezes mexe, para não dizer
229 sempre altera o conteúdo técnico também, então tem sido comum para evitar conflitos que a gente
230 realize em algumas situações reuniões conjuntas da Câmara Técnica de Mérito com a Câmara de
231 Assuntos Jurídicos. Exatamente para poder avaliar os aspectos de legalidade sem comprometer aquilo
232 que tecnicamente a Câmara de mérito já apreciou e já aprovou. Assim após a Câmara de Assuntos
233 Jurídicos vai à plenário, e nós temos tido uma dificuldade em alguns momentos também em plenário,
234 quando algum segmento não pode acompanhar o debate, seja no Grupo de Trabalho, seja na Câmara
235 Técnica, isso tem gerado algumas dificuldades. Por exemplo, hoje nós estamos sem o representante da
236 sociedade civil aqui e isso tem sido um problema porque quando chega em plenário as matérias, eles
237 têm feito questionamentos e às vezes quando falta, por exemplo, município também às vezes tem
238 acontecido de não estar presente na Câmara, e então quando chega em plenário é uma matéria que
239 afeta interesses dos municípios, o segmento quer recorrer ao debate técnico em plenária às vezes de
240 parâmetros e índices como ocorreu na plenária agora recente. É um debate difícil para se fazer com 70

241 Conselheiros em plenário e a maioria dos quais sem ter uma especialização na área. Então é um apelo
242 que a gente tem sempre feito de ter as câmaras completas com todos os segmentos e os Grupos de
243 Trabalho também para assegurar essa qualidade do debate no plenário e se prender mais ao aspecto
244 vamos dizer assim político ou técnico, mas de caráter mais geral. Depois de aprovada em plenário as
245 Resoluções vão para publicação no Diário Oficial da União. Bom, as câmaras técnicas são formadas
246 por 7 Conselheiros definidos em plenária. Naquele processo que são cinco escolhidos por segmento e
247 dois eleitos. Nós estamos em processo de alteração do regimento e é possível que haja uma
248 possibilidade de passar para dez membros sendo que cada segmento escolhe dois representantes e
249 com isso a gente evita essa eleição em plenário que tem sido muito desgastante. O processo
250 deliberativo na Câmara se dá por maioria simples, e então aqui são seis, se quatro votarem a favor de
251 qualquer decisão aqui já está aprovado. Se três aprovarem e três não aprovarem, aí o Presidente tem
252 um voto de qualidade, um voto a mais para decidir o encaminhamento. A ausência do membro por três
253 reuniões consecutivas ou quatro alternadas implica na exclusão do órgão da Câmara Técnica, e todas
254 as reuniões do grupo CONAMA de Grupo de Trabalho e Câmara Técnica são reuniões públicas, são
255 abertas à participação de todos e como eu já falei o critério do Presidente se abre ou não a palavra para
256 quem não seja Conselheiro do CONAMA ou membro da Câmara Técnica. Bom, competência das
257 câmaras. Propor à Secretaria Executiva itens de pauta das reuniões, elaborar discutir aprovar e
258 encaminhar matérias ao plenário e quando referente à Agenda Nacional de Meio Ambiente também ao
259 CIPAM, decidir e emitir parecer sobre consulta vinda da SECEX, solicitar área técnica competente do
260 MMA a participação de especialistas e em especial cabe à Câmara de Assuntos Jurídicos examinar a
261 constitucionalidade e isso eu já falei. Competências. Temos que ver a Câmara de Saúde e
262 Saneamento. Essa Câmara em especial tem como competência estabelecer, propor normas de
263 tratamento de esgoto sanitário e coleta e disposição de lixo. Normas e padrões para controle das
264 atividades de saneamento básico. Normas e padrões para resíduos pós-consumo. Normas e critérios
265 para o licenciamento ambiental de atividades potencial ou efetivamente poluídas. Então são
266 especialmente essas competências aí. Vamos ver o que temos mais à frente. Bom, é isso. Todo o
267 trabalho de Câmara Técnica, assim como do CONAMA de uma forma geral são disponibilizados no site
268 do CONAMA atualizado diariamente, e a gente pede sempre que os Conselheiros coloquem em a página
269 do CONAMA entre seus sites favoritos, porque as informações dos trabalhos e dos grupos estão
270 sempre colocados ali, e então é um instrumento fundamental para o bom trabalho de qualquer Câmara
271 Técnica. Eu acho que concluímos, aí são exemplos de páginas. Os os documentos disponibilizados.
272 Eu acho que concluímos aí. Bom, especificamente sobre essa Câmara aqui, eu quero dizer que ela
273 tem sido uma Câmara das mais importantes do CONAMA, e muitas matérias passam por aqui antes de
274 chegar ao plenário, matérias muitas vezes polêmicas e pode ver pelo grau de interesse dos nossos
275 convidados, a diversidade de participação, e hoje nós temos uma pauta cheia, vamos dar uma olhada
276 geral na pauta ou vocês já viram? Nós temos então essa apresentação que já foi feita dos
277 componentes da Câmara. Vamos passar agora à eleição de Presidente e vice, e a ordem do dia prevê
278 processos que aguardam a Política Nacional de Resíduos. Aí vão ser apresentados os processos, não
279 é ainda para deliberação, apenas informe. E também outros processos encaminhados à Câmara de
280 Assuntos Jurídicos, vocês também vão avaliar e tem processo já para deliberação hoje?

281
282 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

283
284 Tem dois.

285
286 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

287
288 Quais são?

289
290 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

291
292 A do amianto, a 348 e movimentação interestadual de resíduos sólidos. De resíduos perigosos.

293
294 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

295
296 São essas matérias, são quinze processos. Essa ainda não. E tem assuntos gerais que acho que a
297 Ruth vai poder dar um informe no final. Aqui o encontro a gente já tem falado, eu vou apenas reforçar,
298 nos dias 16, 17 e 18 de outubro, nós teremos em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Colegiados
299 Ambientais, é a primeira iniciativa que se toma em nível federal para reunir e promover um intercâmbio
300 de Conselhos de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica. Esse evento vai

301 acontecer aqui em Brasília mesmo e a gente está num processo de organização de inscrição, de
302 conselhos, eu não vou me alongar nisso e acho que as pessoas podem entrar no site do CONAMA e lá
303 obter mais detalhes. Então vamos à eleição? Bom, então eu quero propor inicialmente aqui o processo
304 eleitoral é o seguinte. Apresentação de candidatura, defesa da candidatura, distribuição de cédulas.
305 Nós temos cédulas? Cédulas de votação. Só votam Conselheiros da Câmara. Apuração dos votos,
306 resultado da apuração e eu transfiro em seguida da apuração já a coordenação dos trabalhos ao
307 Presidente eleito que procederá na seqüência à indicação de um relator da Câmara Técnica. Eu quero
308 já antecipar para vocês, nós temos o regimento aqui para ver funções do Presidente e relator? Vamos
309 ver aqui Câmaras Técnicas. Composição. Artigo 24. Ele diz o seguinte. Artigo 24 do regimento. As
310 Câmaras Técnicas serão presididas por um de seus Conselheiros, titular ou suplente e na ausência
311 deste por um vice-presidente ambos eleitos na primeira reunião ordinária da Câmara Técnica por
312 maioria simples dos votos de seus integrantes. Na primeira reunião ordinária das Câmaras Técnicas os
313 trabalhos serão Conde seusdz pelo representante da Secretaria Executiva até a eleição do seu
314 Presidente. Os presidentes das Câmaras Técnicas terão mandato de dois anos permitida a recondução
315 por uma única vez por igual período que será aprovada por maioria simples dos votos de seus
316 integrantes e então reeleição na presidência também só uma vez. Os Conselheiros que exercerem a
317 presidência da Câmara Técnica e forem reconduzidos ficarão impedidos de exercer um novo mandato
318 de presidência na referida Câmara Técnica pelo período de dois anos. Em caso de vacância será
319 realizada nova eleição em conformidade com o disposto no caput deste artigo. Aqui as competências
320 do Presidente, os presidentes das câmaras técnicas designarão entre os seus membros relator para
321 reuniões as matérias que serão para discussão e deliberação com base em parecer escrito e
322 fundamentado dos relatores. Aqui é para explicar que a função de relator na Câmara Técnica não é
323 necessariamente de fazer ata completa de uma reunião de Câmara Técnica. Mas apenas de fazer
324 algumas anotações, a título mais de se ter um resultado dos encaminhamentos da Câmara, muito
325 resumidamente e sempre vai ter também uma possibilidade de colaboração do assessor técnico do
326 CONAMA para alguma dúvida que o relator tenha, e também algumas matérias que vem para debate
327 da Câmara Técnica, na maioria das vezes elas já vem com uma relatoria técnica definida, mas em
328 algumas situações pode ser que o relator tenha que apresentar um resumo da matéria que vai ser
329 debatida. Essencialmente é isso. O Presidente de Câmara Técnica que eu me lembre ele tem a
330 prerrogativa de chamar para a Câmara Técnica, não estou vendo aqui agora o dispositivo, mas ele tem
331 a prerrogativa de chamar a matéria que está em discussão em plenário, ele pode chamar para retorno à
332 Câmara Técnica, só o Presidente. Está na parte anterior. Essa é uma das competências do Presidente.
333 As reuniões normalmente são fechadas com o acordo do Presidente também, data da reunião, local,
334 inicialmente a Secretaria do CONAMA fecha essas reuniões, a pauta inclusive, faz um acordo já
335 preliminar com o Presidente para poder então convocar os demais membros da Câmara Técnica,
336 verificando também naturalmente a agenda de todos os membros. Então, essencialmente essa é a
337 função do Presidente, presidir as reuniões e o vice-presidente na sua vacância. E também o Presidente
338 quando matérias são aprovadas que passam pela Câmara Técnica, é o Presidente que também
339 normalmente faz a relatoria em plenário das matérias aprovadas na Câmara Técnica. Em linhas gerais,
340 é isso. Alguma competência ainda que eu tenha ouvido. As principais competências. Tem o voto de
341 minerva, que eu já falei, o voto de qualidade quando tem algum empate na Câmara. Essencialmente é
342 isso, é mais ônus do que bônus.

343

344 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

345

346 Eu acho que tem uma função importante da presidência que eu acho que a gente deveria começar a
347 exercer com um pouco mais de força. Que é o seguinte, é o Presidente que determina, abre ou não
348 abre a palavra para os outros componentes assistentes da Câmara. Porque o que eu tenho visto e eu
349 participado de várias câmaras, não só dessa é que em determinado momento vira balbúrdia. Se o
350 Presidente não tiver bastante firmeza em negar efetivamente quando deve negar a palavra para quem
351 está assistindo e não é membro da Câmara. Talvez é a função mais importante. Porque o nível de
352 bagunça que a gente está chegando é muito grande. Talvez hoje na minha opinião seja a função mais
353 importante, que é efetivamente não dar a palavra quando não deve.

354

355 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

356

357 Correto, bem lembrado de fato o andamento do trabalho da Câmara Técnica depende muito da
358 condução da presidência, porque realmente tem momentos em que a Câmara Técnica precisa fechar a
359 palavra para os seus membros no momento, principalmente de deliberação, de decisão, quando a
360 matéria já está bem amadurecido entre os Conselheiros. Há situações muito comuns em Câmara

361 Técnica que o Cláudio lembrou bem, de que determinada matéria está em debate e os Conselheiros já
362 têm um posicionamento claro, mais ou menos claro e definido, mas às vezes os convidados ainda não.
363 Só que os convidados não votam. Se os Conselheiros se sentem já devidamente esclarecidos, o
364 Presidente pode realmente fechar e deve nesses casos, fechar a palavra aos Conselheiros para que
365 deliberem sobre a matéria, porque já se sentem absolutamente esclarecidos por voto. Agora, é de bom
366 tom também que o Presidente tenha sempre uma flexibilidade, quando ele observa que tem elementos
367 novos ou tem informações novas que podem vir de fora da Câmara Técnica, de convidados e não de
368 membros da Câmara. Então, nesse caso ele pode abrir, mas realmente tem que ter muito bom senso
369 para não deixar que determinados temas se arrastem muito em função de uma participação
370 interessada. Essa Câmara Técnica é uma que é muito importante esse tipo de cuidado na condução
371 dos trabalhos. Então vamos passar logo à apresentação de candidaturas e eu pergunto aos
372 Conselheiros da Câmara quem se candidata a presidir essa Câmara Técnica. Bom, sabendo aqui que
373 estão aptos, quais são os que são Conselheiros titulares e suplentes. O Cláudio Alonso não é, o
374 Alexandre da CNC, o colega pelo Estado do Alagoas, o Ministério da Saúde está como Conselheiro
375 suplente titular, Comunicações Conselheiro suplente, e ANAMMA Conselheiro titular. Então só temos
376 do nosso lado direita, não é a direita, é o lado direito que pode se lançar candidato. Então vamos ver
377 quem se apresenta.

378
379 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

380
381 Bom, eu gostaria de apresentar meu nome para coordenar a Câmara Técnica. Sou André Alliana da
382 ANAMMA. Eu acho que na verdade o que justifica esta apresentação é porque de fato da Câmara
383 Técnica anterior do mandato anterior da Câmara Técnica nós temos apenas dois participantes, que sou
384 eu e o Cláudio Alonso, o restante não está participando da Câmara Técnica no mandato anterior que
385 findou agora na última reunião do CONAMA. E pelo Cláudio Alonso não poder fazer parte ser
386 representante, apesar de ter ter muito mais conhecimento e bagagem, ele está entre os vovô,
387 disputando com o doutor Paulo Nogueira e o Cláudio Alonso estão mais ou menos ali. Então, eu queria
388 colocar o meu nome à disposição para coordenar a Câmara Técnica.

389
390 **Fernando Ferreira Carneiro – Ministério da Saúde**

391
392 Eu também gostaria de colocar o Ministério da Saúde pleiteando também a vice presidência da Câmara
393 Técnica. Eu queria reforçar que estamos com novas mudanças no Ministério da Saúde, está sendo
394 criada uma nova diretoria no Ministério que é uma Diretoria de Saúde Ambiental, Saúde do Trabalhador
395 e Desenvolvimento Sustentável. O plano central dessa diretoria na qual o diretor é o Presidente titular
396 aqui no CONAMA, a luz aqui do momento hoje que a gente vive do PAC Plano de Aceleração do
397 Crescimento, nós vamos pautar o nosso trabalho na perspectiva de qualificar o debate do PAC pelo
398 olhar da saúde. Ou seja já existe um acúmulo técnico científico político no campo da Saúde Ambiental
399 e Saúde do Trabalhador e não queremos que o nosso desenvolvimento seja igual ao dos tempos do
400 milagre econômico que até hoje nós estamos pagando, nossa população, por erros do passado. A
401 gente quer qualificar e nossa palavra-chave aqui é sustentabilidade, que as decisões que sejam
402 tomadas tanto no âmbito do CONAMA, a Saúde vai estar valorizando muito essa palavra que as
403 decisões sejam sustentáveis para nossas gerações futuras e que possam realmente estar repercutindo
404 na qualidade de vida de nossa população. Eu queria também reforçar que a nossa atuação aqui nessa
405 Câmara, existe uma preocupação nossa de estar pautando assim inclusive uma interface entre o
406 Conselho Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Saúde, nós temos assento também na
407 Câmara de Saneamento, uma Câmara Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente no Conselho
408 Nacional de Saúde e questões colocadas ao CONAMA estão sendo colocadas ao Conselho Nacional
409 de Saúde que é um órgão maior de Controle Social da Saúde pública no Brasil e o que a gente quer é
410 justamente contribuir para uma interface entre esses conselhos para potencializar nossas decisões e
411 racionalizar ações de estado nesse campo porque tem certas decisões em que é tênue a linha que
412 divide as questões ambientais das questões de saúde. E não estamos aqui para disputar espaço, mas
413 somar para que nossas decisões realmente cheguem até nossa população. Eu queria ressaltar
414 também que nós estamos lançando documentos que é subsídio para uma Política Nacional de Saúde
415 Ambiental, e vamos estar disponibilizando na parte da tarde para todos os integrantes dessa Câmara e
416 para convidados que estão presentes uma cópia desse documento que depois eu acredito que essa
417 Câmara também possa nos ajudar com comentários e subsídios. É importante dizer que esse ano
418 também vamos ter a décima terceira Conferência Nacional de Saúde e estamos tendo etapas
419 municipais e estaduais e é o Fórum máximo da Saúde e então quanto os conselhos também puderem
420 contribuir com sugestões nesse campo, é um momento oportuno para ser acolhido. Então, eu quero

421 dizer também, a exemplo aí da fala do Cláudio Alonso, eu me sinto muito feliz de estar aqui no dia de
422 hoje eu não tenho os 30 anos de experiência do Cláudio Alonso, mas já tenho quase 20 porque desde o
423 tempo eu tive a oportunidade de trabalhar na Serra do Caparaó num programa do IBAMA, e então eu já
424 vou levando meus 20 anos de experiência em Saúde ambiental. E fiz minha especialização e meu
425 mestrado e doutorado nesse tema, Saúde, Ambiente e Produção. Eu acho que é um momento
426 oportuno da gente mudar nosso conhecimento técnico, fazer política com “P” maiúsculo para a gente
427 chegar em decisões que realmente cheguem na nossa população. Muito obrigado.

428
429 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

430
431 Obrigado Fernando. Só nos resta conhecer aqui o propósito do Ministério das Comunicações. O doutor
432 Carlos tem alguma pretensão a Presidente ou Vice-Presidente da Câmara. Então nós temos um
433 candidato a Presidente e um candidato a Vice-Presidente, e nesse caso nós vamos fazer apenas por
434 uma questão de formalidade porque pode ter voto nulo, voto em branco, nós vamos fazer o
435 preenchimento das cédulas até para constar do processo o voto dos membros da Câmara Técnica. Eu
436 peço que vocês preencham. Tem uma cédula que é para Presidente e uma cédula que é para Vice-
437 Presidente. E o voto é secreto. Pode ficar à vontade. Agora, o Cláudio Alonso aí essa lembrança do
438 Paulo Nogueira não foi pela idade, não. Mas pela experiência. (risos) todos votaram? Bom, agora
439 aquele momento emocionante da apuração. Para Presidente, o primeiro voto é para ANAMMA. O
440 segundo voto para Presidente também é para ANAMMA. O terceiro voto para Presidente ANAMMA.
441 Também ANAMMA o quarto. O quinto também ANAMMA. E o sexto também é ANAMMA. Aí nós
442 vamos agora então ANAMMA por unanimidade, a exceção do IMARH que não compareceu. E para
443 Vice-Presidente o Ministério da Saúde primeiro. O segundo voto Ministério da Saúde. Terceiro voto
444 Ministério da Saúde. Quarto voto Ministério da Saúde. Quinto também Ministério da Saúde. E o sexto
445 também Ministério da Saúde. Então também eleito por unanimidade. Excelente, parabéns (palmas). O
446 nosso amigo André é Presidente da Câmara de Saúde e Saneamento e Gestão de Resíduos e o
447 Fernando pelo Ministério da Saúde o Vice-Presidente. E eu já imediatamente passo a palavra ao nosso
448 Presidente eleito para seu discursos de posse. Se quiser pode ser muito breve.

449
450 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

451
452 Eu só dizer que alguém comentou que tem que pagar. Esse tipo de eleição eu tenho que receber um
453 almoço, porque dá trabalho, né? Só agradecer a confiança de todos, obrigado.

454
455 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

456
457 Bom, é o seguinte Presidente. Agora nós passamos à indicação de relator da Câmara Técnica e vou
458 pedir que você já conduza.

459
460 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

461
462 André da ANAMMA. Eu consultei o Cláudio Alonso antes da reunião e ele falou que não gostaria, mas
463 eu queria fazer uma insistência, Cláudio. Relator pode. Cláudio, você não quer mesmo? Então, eu vou
464 perguntar se alguém tem interesse de assumir a relatoria. Eu na verdade não conheço os demais, só o
465 Cláudio, por isso que eu estou provocando. Alguém poderia assumir essa tarefa, muito mais essa
466 tarefa, na verdade a relatoria é feita pelo Ministério do Meio Ambiente, pela assistência técnica, e é
467 muito acompanhar, verificar, dar um feedback, para ver se não cometeram nenhum equívoco, essa
468 relatoria é muito mais isso do que qualquer outra coisa. É acompanhar o trabalho que é feito pela
469 assessoria técnica do Ministério do Meio Ambiente. Algum dos outros três aceitaria ou volto a insistir.
470 Cláudio não tem jeito mesmo, né? Não tem jeito. Se algum dos outros Conselheiros aceita essa
471 relatoria. Essa é consulta que eu faço aos três. Pode ser Alagoas? Então o companheiro da
472 Secretaria de Estado de Alagoas então assume a relatoria da Câmara Técnica. Obrigado. Bom, mais
473 alguma coisa? Começo a encaminhar?

474
475 **Nilo Diniz – Diretor do CONAMA/MMA**

476
477 Pode ir para a ordem do dia. A Ruth vai te auxiliar.

478
479 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

480

481 Agradecer aí a presença do Nilo que é coordenador do CONAMA. Obrigado pela presença. Bom, na
482 nossa ordem do dia, o primeiro item da pauta na verdade é um bloco de itens da pauta que trata de
483 processos que estão parados aguardando a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Ruth me falou
484 que teria alguém que faria assim o relato de como é que está a Política Nacional de Resíduos Sólidos,
485 então eu não sei quem é que vai fazer esse relato.

486
487 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

488
489 Sou Ruth do CONAMA e vou pedir aos Conselheiros de fazerem a gentileza de na hora que forem falar
490 se identificarem. Pode ser só o primeiro nome porque facilita. Não precisa todo o nome, porque aí
491 facilita o trabalho da estenotipia, principalmente porque são Conselheiros novos e elas não estão
492 acostumadas ainda. Então, o primeiro bloco de processos, são processos que aguardam a Política
493 Nacional de Resíduos. São processos bastante antigos que estão na Câmara Técnica e por opção e
494 por deliberação da Câmara Técnica anterior, foram deixados para o momento que a Política Nacional
495 de Resíduos fosse definida, porque tratam todos de resíduos sólidos. Então eu vou dizer o número do
496 processo e o assunto e depois a Silvia do Ministério do Meio Ambiente vai relatar como está o
497 encaminhamento dessa Política Nacional de Resíduos. Então, o primeiro processo é o 20001879 de
498 2002 que trata-se de lixo eletrônico. Então resíduos de computadores e etc, que aguarda a política.
499 O processo 020001522 de 2001 é sobre a disposição final de Resíduos mercuriais. Lâmpadas
500 mercuriais. Depois nós temos um outro processo, 020002480 de 2002 sobre descarte de cartuchos de
501 tinta vazios. E o último é sobre embalagens e resíduos de embalagens. Agora, nós temos antes da
502 Silvia falar sobre a Política Nacional, eu quero dizer que tem um outro processo sobre embalagens que
503 foi dada entrada, acho que embalagem de óleo lubrificantes e outro que solicita que seja elaborada uma
504 Política Nacional de Mercúrio, no caso. Então vou passar para a Silvia do MMA, que vai dizer como
505 está nossa política de resíduos sólidos.

506
507 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

508
509 Eu quero pedir uma questão de ordem ao Presidente. A proposta da pauta, o que é normal, o momento
510 em que se seria possível pedir inversão de pauta. Então para que seja corrigido isso antes de dar
511 prosseguimento, eu peço inversão de pauta e eu acho que em seguida aos processos 4.1 nós entramos
512 diretamente na discussão do amianto. Essa é a inversão de pauta que eu solicito.

513
514 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

515
516 Só uma questão, é o seguinte. A Secretaria Executiva não colocou esse item, apesar de nada impedir
517 que aconteça a inversão de pauta porque no primeiro momento a Câmara como a Câmara está
518 tomando posse, seria o momento mais de informação. Lógico que vai ser discussão, mas a maioria não
519 serão deliberados e quem acompanhou a pauta vê que os processos de deliberação estão mais no
520 final. Então a gente ia limpar a pauta para informar aos Conselheiros do que está acontecendo, o que
521 tem para ser deliberado em qualquer momento na Câmara e depois a gente passaria para deliberação,
522 o que não impede que seja feita essa inversão de pauta.

523
524 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

525
526 Eu concordo, mas veja, eu entendo que as coisas a não ser que se dê um tempo muito curto para o
527 informe, muito curto, porque a informação está toda no site da Internet e apenas uma complementação
528 do que não está lá, a não ser que se dê um tempo muito curto eu insisto na inversão de pauta.

529
530 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

531
532 Eu acho que a gente pode dar um tempo curto mas eu acho Cláudio Alonso que nós teríamos que fazer
533 esse pedido para você e acho importante em especial aos quatro novos Conselheiros que eles possam
534 se familiarizar com os processos que estão em andamento. E, então acho que esse processo é
535 importante principalmente para quem chega na Câmara Técnica poder se familiarizar e ter noção para
536 daí poder entrar no processo de deliberação. Então, é mais fácil para os quatro que estão entrando na
537 minha opinião ter um conhecimento dos processos, ter um conhecimento genérico dos processos para
538 depois começar a deliberar. Até um momento de melhor situação dos Conselheiros.

539
540 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

541
542 Desculpe, eu estou argumentando o seguinte. A quantidade de processos é muito grande, as coisas
543 estão se alastrando, sabe? A gente fala muito, a gente é latino e fala muito. Ou se determina um
544 tempo relativamente curto, mas determina o tempo e terminou o tempo, paciência. Ou então, eu insisto
545 na inversão de pauta.

546
547 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**

548
549 Alexandre Mello da CNI, eu gostaria de deixar claro também que eu acho importante essa primeira
550 análise de o que está rodando aqui dentro dessa Câmara, eu acho que o momento é agora para a
551 gente estar sabendo como depois trabalhar os assuntos que estão sendo discutidos, e então eu
552 concordo com a presidência de continuar com essa pauta.

553
554 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

555
556 Eu também faço das minhas palavras as do Presidente eu sei de toda isso sua experiência de todo
557 esse tempo que isso para você pode ser uma coisa desgastante, mas para nós é fundamental, sou
558 Fernando do Ministério da Saúde, é fundamental nos apropriar primeiro da dinâmica aqui da Câmara,
559 tomar conhecimento dessa pauta inicial e acho que a gente pode ser bem sucinto. O que exigir maior
560 debate, façamos o debate. Mas a princípio o que não exigir, nós queremos celeridade, sabemos das
561 agendas de todo mundo, que não é fácil separar dois dias para estar aqui, mas como é uma prioridade
562 também nossa, então eu apoio também o encaminhamento da presidência.

563
564 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

565
566 Cláudio, eu posso tentar fazer um esforço, senão a gente vai a voto e o encaminhamento de
567 substituição, mas eu acho importante e com a palavra de dois outros Conselheiros é que principalmente
568 não para mim nem para você que fazemos parte e temos a ânsia de encaminharmos à pauta para ter
569 aceleração e efetivamente definições a serem feitas, mas acho que principalmente para os quatro
570 mantenho a minha proposta de manutenção da pauta e tentar fazer um esforço de agilidade e prefiro
571 não marcar o prazo, porque eu não sei o que vai ser essa dinâmica e prefiro não dar que vai até meio-
572 dia, vai até tal hora só para informe, dois minutos, eu prefiro não fazer isso, porque eu não sei talvez de
573 eventuais dúvidas que eles podem ter e etc e tal. Então, eu prefiro neste primeiro momento manter a
574 proposta de que os Conselheiros novos possam ao menos se familiarizar com os temas que estão aí
575 pendurados.

576
577 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

578
579 Insisto numa coisa. Os itens estão todos disponibilizados em detalhes na página do CONAMA. Eu leio
580 tudo antes de vir e todas as leis correlatas na minha leitura. Espero que seja a postura de todos.
581 Insisto na inversão de pauta, se precisar ir a votação e eu perder só com meu voto, eu perco só com o
582 meu voto, e ao final da sessão nós vamos ver o que aconteceu. Não vou arredar pé, porque eu estou
583 um pouco cansado de se prolongar seções porque eventualmente tem alguém ausente aqui.

584
585 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

586
587 Bom, vamos ao encaminhamento. A gente ficar debatendo só demora mais. Duas propostas. A
588 proposta do Cláudio Alonso, inversão da pauta e minha proposta, manutenção da pauta. ANAMMA,
589 André vota pela manutenção da pauta.

590
591 **Carlos Roberto Paiva da Silva - Ministério das Comunicações**

592
593 Carlos Roberto, Ministério das Comunicações. Manutenção de pauta.

594
595 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

596
597 Fernando Carneiro Ministério da Saúde. Manutenção da pauta.

598
599 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

600

601 Inversão.

602

603 **Gustavo Silva de Carvalho - Governo do Estado de Alagoas**

604

605 Gustavo. Ministério do Alagoas, eu proporia a inversão da pauta. Agora só com ressalva que a gente
606 pudesse ser o mais breve possível.

607

608 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**

609

610 Alexandre da CNI, manutenção da pauta.

611

612 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

613

614 Aprovada a manutenção da ordem da pauta. Então passamos a informes aí pelo Ministério do Meio
615 Ambiente, sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

616

617 **Silvia Regina da Costa Gonçalves – MMA/SRHU**

618

619 Bom dia a todos. Meu nome é Silvia Gonçalves, eu sou técnica da Secretaria de Recursos Hídricos e
620 Ambiente Urbano. O Ministério do Meio Ambiente teve uma nova reestruturação e então a minha
621 gerência que era Gestão Ambiental Urbana passou a ser que era da Qualidade Ambiental e que vinha
622 acompanhando aí o processo do anteprojeto passou a ser então da Secretaria de Recursos Hídricos e
623 só para situar aonde está, o acompanhamento da política. E, então, quem está na diretoria agora do
624 departamento de ambiente urbano é o Silvério Silvano a política ela já pronta, já deu aval da Casa Civil,
625 só faltam alguns ajustes assim de pequenos detalhes que estão no Ministério para refazer e
626 encaminhar então à Câmara. E qualquer um com necessidade de contato, entrar em contato então
627 com o departamento com o Silvério Silvano.

628

629 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

630

631 Ontem foi informado para a gente que já existe um consenso entre essa nova proposta entre o
632 Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades. Então já é uma proposta
633 além de ter sido discutida no CONAMA, no Ministério do Meio Ambiente, houve um trabalho de
634 consenso entre alguns Ministérios. Então aí é que vai ser encaminhado para a Câmara. Já está na
635 Casa Civil e vai para a Câmara.

636

637 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

638

639 Bom, nós temos só vai passar esse informe geral de todos porque eu tinha, eu estudei todos os
640 processos e tenho acompanhado a Política Nacional de Resíduos Sólidos e tenho visto que muita coisa
641 anda com a vagarosidade que nós estamos habituados. E na verdade eu acho que algumas coisas os
642 representantes correlacionado devem aprofundar o debate e então eu teria um encaminhamento
643 diferente de dar só a informação. Eu acho que você tem algumas coisas que já poderia ter a formação
644 de um GT para começar a discutir algumas coisas e acompanhar esta discussão da Política Nacional
645 de Resíduos Sólidos, ou seja, a formação de um novo GT, de um Grupo de Trabalho em alguns
646 assuntos e outros ficariam aí pendentes e etc e tal. Então algumas coisas você tem políticas novas em
647 condições de serem implementadas e que na minha opinião o GT pode contribuir até com o que está
648 sendo debatido. Então eu tenho uma proposta de criação de um GT para dois temas que estão
649 apontados aí. E aí só pergunto para a Ruth, porque não está para deliberação, se isso pode ser feito
650 ou não pode ser feito, se apresento na próxima reunião ou não.

651

652 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

653

654 Bom, a Câmara é soberana a deliberação de qualquer assunto. Inicialmente a proposta dessa pauta é
655 mais informativa. De repente os Conselheiros tomarem mais conhecimento e poderem deliberar num
656 outro momento. Mas se eles se acharem aptos e suficientemente informados sobre o assunto, nada
657 impede que seja deliberado hoje a criação de GT ou qualquer outro assunto.

658

659 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

660

661 IBAMA solicitando a palavra.

662

663 **Zilda Veloso – IBAMA**

664

665 Zilda Veloso do IBAMA. Eu não ia falar propriamente sobre a sua proposta. Eu queria era saber se
666 essa proposta de política ela está disponível essa versão em algum lugar que a gente pudesse acessar
667 e ver. Eu realmente não conheço a última versão.

668

669 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

670

671 Depois da informação a solicitação da palavra pelo Roberto.

672

673 **Silvia Regina da Costa Gonçalves – MMA/SRHU**

674

675 Está no site do Ministério.

676

677 **Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA**

678

679 Roberto Monteiro. Eu só tenho uma dúvida em e termos de todo o histórico desse processo. Eu só
680 queria lembrar que em 1999 o plenário do CONAMA aprovou uma proposta inicial. Um texto de
681 proposta de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. Isso foi tratado, foi ao Congresso Nacional, foi
682 trabalhado, não se conseguiu um denominador comum e agora apresenta-se uma nova proposta. A
683 única dúvida que eu tenho é a seguinte, como a matéria já foi ao Congresso Nacional que é uma esfera
684 superior talvez a única coisa que nos resta é acompanhar e tentar interferir com sugestões políticas.
685 Então isso justificaria plenamente a sua proposta de criação de um G T para acompanhar e interceder e
686 debater e interceder politicamente em alguma coisa a mais. Agora com relação à efetivamente como já
687 está conduzido e como já foi ao Congresso Nacional, o trabalho é exatamente de articulação entre os
688 Ministérios na consagração e na elaboração em se firmar uma proposta razoável, consensuada entre os
689 Ministérios para retornar com proposta de governo, como substitutivo de governo, à proposta que
690 estava lá inicialmente entrado. Até porque essa proposta caiu porque o deputado que era relator não
691 foi eleito e depois foi reapresentado e então esse negócio todo está aí. Agora já existe uma proposta,
692 está bastante consistente, eu acredito que ela já esteja disponível talvez, não sei ainda. A última versão
693 já está no site. Então é nós consultarmos em cima da linha de colocação que você fez do GT.

694

695 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

696

697 IBAMA

698

699 **Zilda Veloso - IBAMA**

700

701 Deixa eu só prestar um esclarecimento. Roberto, quando essa proposta foi finalizada em 99 ela foi
702 encaminhada em 2001 do Ministério para a Casa Civil. E da Casa Civil ela não foi para o Congresso
703 Nacional, ela voltou para pedir articulação entre os Ministérios envolvidos. O que foi para o Congresso
704 Nacional foi informalmente um deputado adotou aquela proposta de política, não foi o encaminhamento
705 formal que foi feito. E ele não foi reeleito e essa proposta caiu. Houve aquele seminário que o
706 CONAMA promoveu em 2004, mas me parece que essa última proposta que está no site, pelo menos
707 até onde eu sei, não é nem uma e nem outra, é um aprimoramento dessas duas, não é exatamente o
708 texto nem da proposta aprovada em 99 e nem da que foi aprovada pelo seminário em 2004.

709

710 **Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA**

711

712 A proposta que eu tive acesso não é a de 99.

713

714 **Zilda Veloso - IBAMA**

715

716 Não, aquela de 2004 já foi gerada outra no seminário que o CONAMA promoveu na UNB e essa que o
717 Ministério encaminhou é outra ainda. Mantém os pressupostos, mas é outra. Só para esclarecer.

718

719 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

720

721 Me pareceu e talvez eu. Me pareceu que já estava no congresso e em não estando, não há razão
722 alguma para que se coloque processos que aguarda a Política Nacional de Resíduos Sólidos, isso vai
723 demorar muito tempo, isso não está nem no congresso. Se não está nem no congresso como PPL .
724 Estar no executivo não significa. A pergunta é o seguinte, está no congresso ou não?

725
726 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**

727
728 Está. O PL 20391 foi aprovado pelo relator César Sílvio e está no congresso. Está guardando pauta.
729 Se você entrar no site da Câmara você vai lá e está aprovado e aguardando pauta, só. Por sua vez a
730 proposta do executivo depois de 33 revisões não saiu da Casa Civil. Então, veja o que está no
731 congresso é o PL 20391 aprovado.

732
733 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

734
735 Deixa eu terminar meu raciocínio. A minha impressão era que já estava no congresso e fui informado
736 que não estava, vou consultar no site e vou ver se está mesmo ou não. Se é do Ministério ou não,
737 pouco importa. Tem um PL andando no congresso. De qualquer forma, se não há um PL no congresso,
738 nós vislumbramos que esse PL vai demorar muito, eu sou absolutamente a favor que se retem esses
739 itens que a gente diz que está aguardando e talvez daqui uns dez anos saia, quem sabe? Talvez mais.
740 Então eu gostaria de manter a palavra primeira minha sem interferência, e nós temos uma consciência
741 muito clara a gente vai ter que verificar para a próxima reunião se existe um PL que a gente vislumbra
742 que saia logo ou não senão a gente faz as resoluções, nada impede. Tanto porque não sei se passou
743 despercebido pelos outros Conselheiros, existe uma Resolução que é uma moção aprovada portanto a
744 plenária aprovou a moção número 85 de junho de 2007 que simplesmente requer que se retem o Grupo
745 de Trabalho de lâmpadas fluorescentes. Isso é o CONAMA, plenária que decidiu. Portanto, eu acho que
746 ou a gente vai fingir que tem lei que pega e lei que não pega. A plenária aprovou isso aqui. Ela não
747 quis saber se tem PL ou não. Porque a gente está fazendo uma certa bagunça com algumas
748 mistificações que existem no caso de pilha e bateria. A gente fica com micro grama de bateria que não
749 pode jogar porque é mercúrio e fica atuchando lâmpada cheia de mercúrio para tudo quanto é lado,
750 mas de bateria não pode. Como se chumbo e mercúrio tivessem uma carteira de identidade dizendo de
751 onde veio e então é um certo me engana que eu gosto, uma certa hipocrisia a gente ficar atacando uma
752 coisa porque é moderno e moda e porque é chic e deixar de cuidar do Meio Ambiente como se deve.
753 Então existe uma Resolução do CONAMA para que se reativa vê esse grupo não há razão alguma, não
754 sei se vocês leram essa Resolução é de junho. Não há razão alguma para que não se reativê esses
755 grupos; por um lado. Por outro eu gostaria de alertar o seguinte à própria Câmara. Nós temos que ter
756 consciência do número de grupos que nós temos e do tamanho da nossa perna. Não adianta ficar
757 criando grupo. Grupo que não dá em nada é melhor não criar. É desmoralizante. Então nós temos
758 que ter consciência muito grande do número de grupos que estão em funcionamento, a capacidade da
759 nossa perna de trocar isso ao invés de ficar... eu acho que a gente teria muito cuidado ao propor novos
760 grupos. Portanto eu sou a favor que a gente pegue isso e não deixe apenas o PL um dia andar.

761
762 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

763
764 Passo a palavra ao Ministério da Saúde só queria fazer uma proposta de encaminhamento que todos
765 esses itens de pauta fiquem para deliberação na próxima reunião e até lá cada um levanta exatamente
766 como está a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que esses encaminhamentos forma ou não forma
767 grupo, discute ou não discute eu tenho propostas de juntar itens com outros itens que estão na pauta
768 mas que a gente passe isso para deliberação da próxima reunião da Câmara Técnica é minha proposta
769 de encaminhamento.

770
771 **Fernando César Carneiro - Ministério da Saúde**

772
773 Fernando do Ministério da Saúde. Já apoiando a proposta de encaminhamento do Presidente, essa
774 idéia de criar um GT para acompanhar a política, eu me sinto mais confortável, porque eu tenho uma
775 grande preocupação da gente justamente para somarmos esforços a gente vai criar grupos sendo que
776 está sendo discutido no congresso o marco regulatório, e aí muitas vezes o que acontece é dispersão
777 de esforços. Eu acho que temos que racionalizar nossos esforços e centrar todas as nossas forças aí
778 na articulação com o congresso, dar subsídio técnico, dar histórico que o CONAMA já tem sobre isso
779 para a gente aprovar um projeto de lei que dê conta de tudo isso. Então eu apoio o encaminhamento do

780 Presidente, mas também reforço a importância, inclusive até para ajudar criar consenso, ajudar na
781 celeridade desse projeto de lei na Câmara.

782

783 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

784

785 Tem consenso o encaminhamento para a próxima reunião? Então aprovado por consenso todo o item
786 4.1 da pauta, encaminhado para a pauta da próxima reunião. 4. 2. Você passa a informe, Ruth?

787

788 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

789

790 O item, são projetos encaminhados à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Esse primeiro processo
791 é de pilhas e baterias, o 020005624 de 98, ele já está há um bom tempo vai e volta. O último
792 encaminhamento dele estava na jurídica e retornou à Câmara Técnica de Saúde e Saneamento para
793 realização de uma reunião conjunta a ser marcada, inclusive nós vamos ter que tentar definir uma data
794 aqui para essa reunião conjunta para ser discutido esses assuntos da reunião 257 que dispõe sobre a
795 Resolução final de pilhas e baterias, porque como alguns aspectos jurídicos influíram no aspecto
796 técnico e então é importante que se delibere conjuntamente as câmaras. Eu gostaria de saber se a
797 Zilda do Ibama que acompanha há bastante tempo esse GT ela quer fazer um relato.

798

799 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

800

801 Eu gostaria de fazer um comentário antes disso.

802

803 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

804

805 Pilhas e baterias foi discutido nessa Câmara, foi para a jurídica, a jurídica pediu uma reunião conjunta,
806 voltou para essa Câmara, agora voltou para a jurídica e ela pede novamente uma reunião conjunta. Eu
807 acho que pedir reunião conjunta é uma coisa interessante. Tem falhas brutais nessa reunião conjunta
808 que a primeira é a seguinte. Quando junta as duas câmaras ninguém sabe quem preside, vide a última
809 reunião a bagunça que deu. Fora isso, não posso mais aceitar ser chamado de forma impositiva pela
810 Câmara de Assuntos Jurídicos para falar sobre alguma coisa que eu não sei, porque simplesmente eu
811 sou chamado a uma reunião sem saber qual é a crítica que existe em cima. Eu acho que é possível e é
812 saudável, agora não é possível um grupo se reunir sabe qual é todo o questionamento que tem e me
813 pega desprevenido sem que eu consiga dar resposta quando eu preciso ter estudado antes. E então eu
814 acho que quem faz essa convocação não é a jurídica, é o CIPAM, e ele tem que informar a esta
815 Câmara quais as razões e o porque essa reunião conjunta está sendo pedida. Porque são poucas as
816 vezes em que a Câmara de Assuntos Jurídicos que é uma Câmara absolutamente corporativa, lá só
817 entra bacharel em direito, que não tem formação e informação técnica suficiente e solicita de forma
818 indevida da Câmara Técnica justificativas que eles não têm condição intelectual de entender. Não é
819 porque são burros, é porque a formação deles é outra. Realmente a Câmara de Assuntos Jurídicos ela
820 extrapola qualquer coisa do razoável. Ela camufla de legal o que é técnico. Então, eu gostaria sim, de
821 se for convocado, eu gostaria de uma justificativa por escrito, porque esse negócio de meter a mão na
822 parte técnica, mas não escrever no parecer que meteu a mão na parte técnica não é correto, eu
823 gostaria de uma justificativa por escrito para que eu possa me preparar e chegar lá e dar os devidos
824 esclarecimentos. Eu acho que isso deve ser oficiado ao CIPAM que a Câmara, não se nego a
825 participar, óbvio, mas que a Câmara quer uma justificativa por escrito, de porque nós estamos sendo
826 convocados para ir para lá para a gente saber direito se é legal ou técnica a questão. Incluindo pontos
827 específicos. Isso tem que ficar bem claro.

828

829 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

830

831 Eu acho que a gente poderia encaminhar que a Câmara Técnica concorda em participar, mas solicita
832 com antecedência as justificativas do porque dessa solicitação e apontando principalmente as principais
833 dúvidas para que possamos nos preparar para sanar as dúvidas que eles apontam.

834

835 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**

836

837 Eu gostaria de pedir se ela tivesse os pontos jurídicos que estão em dúvida se pudesse relatar para a
838 gente brevemente.

839

840 **Zilda Veloso - IBAMA**

841
842 Eu vou tentar relatar. Eu fui convidado a participar da Câmara de Assuntos Jurídicos na qualidade de
843 relatora desse Grupo de Trabalho e para prestar esclarecimentos que porventura tivesse lá. A Câmara
844 realmente primeiro apegou-se ao assunto jurídico que seria a aplicabilidade, nem eles sabiam direito se
845 aquela estrutura que foi montada de jogar as obrigações para os anexos seria a mais correta para
846 ser encaminhada numa Resolução. Então isso demorou um bocadinho de tempo. Nós mudamos a
847 Câmara. aqueles que estão familiarizados com o tema a Resolução 257 foi aprovada em 99 e dá
848 teores para determinadas pilhas e baterias, teores limites de cádmio, de mercúrio e de chumbo, e diz
849 que aquelas que atendem aqueles padrões podem ser dispostas no lixo domiciliar junto com o resíduo
850 doméstico e aquelas que estão dentro dos padrões e as que estão fora desses padrões não atendem
851 por algum problema ou por alguma especificidade elas terão que ser recolhidas e houve um
852 questionamento do Ministério Público porque quem seria então o responsável pelo recolhimento no
853 caso das pilhas e baterias que atendem os padrões, se seria a própria indústria, se seriam os
854 municípios e por isso o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA acharam pertinente o encaminhamento.

855
856 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

857
858 Se pode jogar no lixo domiciliar, ninguém gerencia, é o saquinho de lixo que gerencia.

859
860 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

861
862 Não pode mais ser jogado junto com lixo domiciliar.

863
864 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

865
866 A proposição da Câmara Técnica é que pode. A proposição da Câmara Técnica é que pode pilhas e
867 baterias. Quem fez a revisão fui eu. Nós determinamos dois níveis. Um nível é proibida a fabricação e
868 comercialização no nível alto. Proibida a fabricação e comercialização. Colocamos o nível muito baixo
869 e falamos abaixo desse é suficientemente seguro, joga fora e não complica a vida. Então está muito
870 claro lá e esse ninguém gerencia. Quem gero ensaio é o saquinho de lixo. Essa é a técnica, se há
871 alguma ilegalidade nisso que me apontem. Se não há nenhuma ilegalidade, por favor mandem à
872 plenária.

873
874 **Zilda Veloso - IBAMA**

875
876 A conclusão que a Câmara Técnica chegou a respeito do Cláudio é que não está claro mais
877 uma vez aquilo que provocou a revisão. Não está claro quem vai recolher e de que forma vai ser
878 recolhida ou a destinação que vai ser dada às pilhas e baterias. No texto da Resolução isso não está
879 claro, e então uma coisa foi por isso que se optou por fazer uma reunião conjunta, a estrutura a ser feita a
880 partir de remeter aos anexos e então as obrigações hoje que estão nos anexos e não no texto da
881 Resolução. Foi uma coisa que foi questionada juridicamente, e outra foi o fato dela não estar
882 atendendo aquilo na parte da revisão e esclarecer quem é o responsável ou se vai haver algum
883 recolhimento. A leitura da Resolução foi de que do jeito como ela está hoje, que saiu da Câmara de
884 Saúde, Saneamento e Gestão de Resíduos, ela não obriga ninguém a recolher nada e não diz quem vai
885 fazer isso e então ela continua essa lacuna nada vai ser recolhido e não está claro no texto.

886
887 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

888
889 Eu acho que não cabe aqui discutir pilhas e baterias e só gostaria de alertar o seguinte. A Câmara de
890 Assuntos Jurídicos cada advogado pensa de um jeito e a lei vale de acordo com a cabeça de quem lê.
891 Tanto é verdade assim que eu como cientista falo o que provo, ao contrário dos outros. Fontes fixas
892 têm 52 fontes estruturadas e regulamentadas em 13 anexos, e a jurídica não falou nada. Agora esses
893 daí resolveram falar, é a mesma coisa, é a mesma estrutura.

894
895 **Zilda Veloso - IBAMA**

896
897 Foi só a obrigação que está nos anexos, não é a estrutura.

898
899 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

900
901 A obrigação de fontes fixas está nos anexos.
902
903 **Zilda Veloso - IBAMA**
904
905 Foi falado nas fontes fixas as obrigações do que pode fazer e o que não pode é estão nomeadas não
906 no texto da Resolução.
907
908 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
909
910 Os limites de detecção, tudo está lá. Limites de emissão, detecção, as obrigadoriedades de
911 monitoramento, estão todas em anexo.
912
913 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**
914
915 E é bom lembrar que o Presidente da atual Câmara é o consultor jurídico que aprovou a Resolução.
916
917 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
918
919 Só para darmos encaminhamento então vamos fazer um encaminhamento do Cláudio Alonso, é isso,
920 tem concordância de todos pergunto ao titular da Câmara Técnica e representantes.
921
922 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**
923
924 Qual seria o encaminhamento?
925
926 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
927
928 Segundo o compreendo ido do Cláudio Alonso é solicitar ao CIPAM para que faça a justificativa mas
929 solicitar isso na verdade é que tem mudanças de caráter técnico que precisam ser feitos mas solicitar
930 essa informação sobre escrito e também que aponte quais são as principais dúvidas é dessas
931 mudanças que precisam ser feitas aí do ponto de vista técnico.
932
933 **Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA**
934
935 Sr. Presidente só como comentário não só para isso, mas como procedimento padrão.
936
937 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
938
939 Então inclui o comentário que seja procedimento padrão sempre que a solicitação for feita a essa
940 Câmara Técnica que sejam dados os devidos subsídios e informações e dúvidas pertinentes que
941 surgem de outros setores sejam elas outras câmaras técnicas ou CIPAM. Encaminhamento por
942 consenso? Aprovado. Item 4.2.2. Os dois juntos vai o mesmo encaminhamento?
943
944 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**
945
946 É, o mesmo. Esse processo 02000611 de 2004 que é a revisão da Resolução da 258 de 99 que dispõe
947 sobre a destinação final de forma ambientalmente adequado e segura de pneumáticos inservíveis e foi
948 encaminhada para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos há algum tempo mas como a jurídica tinha
949 alguns processos que tinham prioridade em termos de pedido de vistas e alguns outros assuntos esse
950 ainda não foi pautado para a discussão. Provavelmente irá não nesta próxima que tem alguns pedidos
951 de vistas também, mas numa outra para ser deliberado na jurídica.
952
953 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
954
955 Então isso é só informação que está lá na jurídica para ser deliberado.
956
957 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**
958

959 É, nós não temos ingerência sobre eles, só para saber que a Câmara tem sob responsabilidade esse
960 outro processo e que está na jurídica para ser deliberado.

961

962 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

963

964 Só para informação dos membros.

965

966 **Cláudio Darwin Alonso – Governo do Estado de São Paulo**

967

968 Como informação também, talvez a Zilda, não sei, essa Resolução a Câmara resolveu dar um fim nela,
969 porque ela estava se alongando por muito tempo e estava no período final da Câmara anterior, e a idéia
970 que tinha por aí, eu não sei se é verdade ou não, talvez a Zilda saiba me informar é que tem um PL que
971 estava em vésperas de ser aprovado e portanto estava se protelando as decisões. Nós falamos que
972 nós vamos decidir depois a jurídica vê o que faz, é isso? Como é que está?

973

974 **Zilda Veloso - IBAMA**

975

976 Não, não é bem isso, não. Não é o PL. O PL não invalida o que está escrito aqui na Resolução. O PL
977 fala só da importação de pneus usados e define algumas regras mais restritas de destinação, mas não
978 foi o PL, foi uma série de outros fatos, inclusive aguardando resultado do contencioso da união européia
979 que saiu. Não é e realmente isso poderia comprometer o resultado final do contencioso da união
980 européia. A mudança de metas que foi proposta e aprovada por esta Câmara Técnica ela podia
981 invalidar a defesa brasileira na união européia. E por isso realmente que foi esperado um resultado
982 final da união européia.

983

984 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

985

986 OK? Informados os membros da Câmara Técnica e então é só uma informação que está em
987 andamento este processo. Relato também item 4. 3.

988

989 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**

990

991 Só uma questão de ordem aqui. Já teria mais ou menos uma data para essa reunião conjunta com a
992 CTAJ?

993

994 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

995

996 Só para esclarecer a reunião conjunta trata do item anterior que é pilhas e baterias. Os pneumáticos é
997 só para informação que eles ainda vão avaliar e discutir e vão voltar e etc e tal.

998

999 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**

1000

1001 Sim, mas já tem alguma definição de data?

1002

1003 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1004

1005 Ela já foi encaminhada.

1006

1007 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

1008

1009 Essa sobre pilhas e baterias a conjunta havia uma proposta para 8 e 9 de agosto, só que nós vamos ter
1010 que rever esse calendário em vista de algumas matérias que ainda tem prioridade na Câmara de
1011 Assuntos Jurídicos.

1012

1013 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1014

1015 E a posição que acabamos de aprovar é que queremos por escrito a justificativa e vai ter que ter uma
1016 reunião dessa Câmara antes, nós vamos ter que fazer uma análise do material mandato para cá. Como
1017 é que eles estão todos preparados para chegar e questionar a gente e às vezes com conhecimento sem
1018 o material na mão.

1019
1020 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**
1021
1022 A gente vai encaminhar essa solicitação do Cláudio Alonso para proposta da Câmara solicitar que a
1023 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos forneça por escrito o porque, os motivos que retornarm para a
1024 Câmara Técnica para uma reunião conjunta.
1025
1026 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1027
1028 Motivos e principais dúvidas. E a Câmara Técnica, qualquer coisa, toma conhecimento disso e
1029 marcamos a próxima reunião.
1030
1031 **Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA**
1032
1033 Senhor Presidente, só uma questão de ordem. Tira o “principais” dúvidas, porque senão faltam duas ou
1034 três e depois dá uma confusão danada.
1035
1036 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1037
1038 OK. Podemos ir para o item 4.3? O item 4.3 é passar informação de andamento do Grupo de
1039 Trabalho que está em andamento licenciamento simplificado de aterros sanitários de pequeno porte.
1040
1041 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
1042
1043 Vou ser chato o 4. 2 nós conversamos sobre isso?
1044
1045 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1046
1047 Não, é o 4. 3. Não cheguei no 4.4 ainda lá.
1048
1049 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1050
1051 E um GT, eu sou coordenador do GT, esse GT já teve duas ou três reuniões. É o GT de licenciamento
1052 simplificado de aterros sanitários de pequeno porte. Licenciamento simplificado. E ele se reúne agora
1053 no próximo dia 30 de julho em paralelo, antecedendo a reunião da ANAMMA que acontece em Recife,
1054 principalmente porque aterro sanitário de pequeno porte trata com municípios de pequeno porte, e
1055 então eu acredito que esse GT encerre seus trabalhos nesta reunião do dia 30 de julho agora que vai
1056 ser realizado em Recife, em função do encontro da ANAMMA estar sendo realizado em Recife no dia
1057 30 de julho. Então, próxima reunião dia 30 de julho em Recife desse GT, só para passar informação do
1058 andamento, acredito que vai encerrar ou não. Se não tiver dúvidas, passamos para o próximo. Item
1059 4.4. É proposta de revisão da Resolução do CONAMA 307/02. Resolução que trata sobre resíduos da
1060 construção civil. Esse foi debatido na Câmara Técnica que tinha uma solicitação de análise primeiro
1061 tinha um parecer solicitado da ANAMMA para que a ANAMMA apresentasse então primeiro parecer
1062 sobre esses procedimentos, nós apresentamos uma proposta de mudança de aplicação de prazos para
1063 aplicação da Resolução e depois foi enviada à SQA, e aí eu solicito a informação de como é que ficou
1064 isso.
1065
1066 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**
1067
1068 A SQA já encaminhou esse parecer e eu gostaria de saber se a Rita quer falar sobre o parecer o que foi
1069 dito no parecer.
1070
1071 **Rita Lima de Almeida - MMA/SEMUC**
1072
1073 Foi feito um parecer em março. Mas acredito que com essa estruturação do Ministério, é que não
1074 chegou ainda no CONAMA, e inclusive com essa Resolução da revisão, eles tratam daqueles prazos de
1075 implantação dos planos dos planos de resíduo. Então quanto a isso foi feita a área técnica e acho que
1076 em março e até agora não chegou no CONAMA, está aí. Então o problema é que tem visto aí é com
1077 recomendação aos prazos da implantação dos planos de resíduo municipais. Com relação ao próprio
1078 licenciamento não tem nada, são prazos que a ANAMMA já se pronunciou sobre isso inclusive dando

1079 prazos que poderiam ser incorporados nesse artigo 11. Então, quem se pronunciou foi exatamente em
1080 cima do parecer que ANAMMA deu sobre esses prazos que deveriam ser incorporados.

1081
1082 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

1083
1084 Eu vou ler aqui a conclusão do parecer se não for o suficiente a gente lê o parecer todo, mas vou ler.
1085 Conclusão parecer encaminhado em 18 de março assinado por Rita Almeida. Diante do exposto
1086 sugerimos enviar correspondências aos OEMAs incluindo o distrito Federal solicitando informações
1087 recorridas pela Câmara do CONAMA sobre a dificuldade da implementação da 307. Quanto à moção
1088 aos municípios, a ANAMMA já manifestou conforme o item 1.3 e 1.4 deste parecer, mas se julgar
1089 pertinente sugerimos agendar reunião com a participação da ANAMMA e do Ministério das Cidades
1090 para conhecer a problemática principal na implementação dessa Resolução.

1091
1092 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1093
1094 Bom, são dois encaminhamentos. Solicitar às OEMAs as dificuldades e encaminhamento para que haja
1095 uma conversa sobre as dificuldades de implementação. Então são dois encaminhamentos que
1096 independem desta Câmara Técnica. Eu solicitaria à secretaria da Câmara Técnica para que fizesse
1097 esses encaminhamentos, mandar correspondência para os OEMAs solicitando essa informação
1098 conforme parecer da SQA e solicitar agendamento aí, na verdade do Ministério das Cidades fazer essa
1099 intermediação de agendamento disso, pode ser, eu acho que o Ministério das Cidades poderia trazer
1100 essa informação para a Câmara Técnica. OK? Pode ser esse encaminhamento? Então encaminhado
1101 de acordo, consenso. São duas coisa. Que o Ministério das Cidades venha trazer informações das
1102 problemáticas e aí pelos municípios, eu faço esta informação da Câmara Técnica e pelos OEMAs a
1103 informação é pedir a todos os OEMAs as dificuldades e então seria enviar correspondência a todos os
1104 OEMAs ou para ABEMA também, aí então correspondência à ABEMA e ANAMMA, e aí respondem as
1105 duas. Então solicitação à ANAMMA e ABEMA. item 4.5. Desculpe, é o 4. 4. 2. A informação que a
1106 Ruth me passa é que a pessoa que traria esta informação não está presente aqui. Não está presente
1107 para debater e trazer a informação do 4.4.2, e então eu proporia que essa informação nos fosse
1108 repassada logo após o almoço, pode ser? Se houver concordância com os membros da Câmara
1109 Técnica a pessoa não está aqui presente.

1110
1111 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1112
1113 Eu pediria duas informações. A primeira qual é o item mesmo? Os municípios solicitaram alteração de
1114 prazo, não é isso?

1115
1116 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1117
1118 São duas coisas. Item 4.1. Que trata de implementação de política de resíduos sólidos em construção
1119 civil.

1120
1121 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1122
1123 Sobre esse ponto que eu estou pedindo, eu estou pedindo só um esclarecimento porque eu estou
1124 achando alguma coisa meio estranha. O que vocês solicitaram, já que é para esclarecimento geral,
1125 vamos deixar isso bem claro, vocês solicitaram na implantação qual item da 307 que vocês estão se
1126 referindo?

1127
1128 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1129
1130 A 307 os municípios apresentaram a proposta...

1131
1132 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1133
1134 Eu sei, o que eu estou solicitando é para que na Resolução vigente eu estou pedindo, eu estou
1135 querendo ler com detalhe o que está escrito, se alguém lembra qual é o item artigo e parágrafo, é isso
1136 que eu estou querendo, porque junto a isso, eu pergunto o seguinte, e eu quero ler com detalhe, está
1137 aqui a Resolução, se é uma atribuição dos municípios, o que se deve consultar à ABEMA em relação à
1138 isso ou as OEMAs que no fundo dá na mesma, se é uma atribuição do município a gente, pelo amor de

1139 Deus, não queremos deixar de colaborar, mas essa solicitação, ela não é mais uma solicitação de
1140 informação para atrasar mais o processo? Gente, a gente patina na lama, não? O que a OEMA pode
1141 contribuir com uma solicitação que é do município? Por isso que eu quero ler com detalhe se alguém já
1142 localizou, por favor, porque você fica perguntando para o estado que mande atribuição para o
1143 município.

1144
1145 **Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA**

1146
1147 Até porque o licenciamento é do município.

1148
1149 **Rita Lima de Almeida - MMA/SEMUC**

1150
1151 Porque o licenciamento na maioria do município não são executados por ele, e então licenciamento é
1152 feito pelo órgão estadual.

1153
1154 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1155
1156 Mas eles não estão pedindo...

1157
1158 **Rita Lima de Almeida - MMA/SEMUC**

1159
1160 Então quando você vem com uma parte para o licenciamento ambiental você não tem a disposição e
1161 volta tudo e essa é a dificuldade que eles têm perante essa Resolução.

1162
1163 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1164
1165 Se alguém por favor eu estou no debate e não estou conseguindo colocar qual o parágrafo ou artigo
1166 que diz isso, porque se o licenciamento é estadual, que eu não nego, por outro lado a atribuição de ter o
1167 aterro é do município. Quer dizer, pode ser estadual, Federal, municipal, sideral, europeu, não importa
1168 o licenciamento. É o artigo 11.

1169
1170 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

1171
1172 Desculpa, é Ruth do CONAMA. A solicitação foi da Soderma é o seguinte. Que sejam dilatados prazos
1173 para atender o artigo 11 da Resolução 307 que se refere à elaboração de planos integrados de
1174 gerenciamento de resíduos da construção civil, que a Resolução determina o prazo.

1175
1176 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1177
1178 Ela determinava o prazo de dezoito meses que já passou e não foi cumprido.

1179
1180 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1181
1182 Dessa forma, é uma atribuição que é do município. Na maioria dos estados vai haver uma colaboração
1183 de estados e municípios, mas as solicitações tem que ser feitas aos municípios. A obrigação de fazer o
1184 plano é do município, não é do estado. O estado vai colaborar e etc, mas colocar o estado agora é
1185 mais um fator de conturbação. Essa Resolução é de 2002. Olha, por favor eu solicito a Câmara tem
1186 preferência no falar. A Resolução 307 é de 2002. O artigo 11 dá doze meses para elaboração desse
1187 plano. Nós estamos em 2007 pedindo ao estado que não tem nada a ver com isso uma informação
1188 sobre não sei o quê. Eu acho que temos que ter o mínimo de coerência ou a gente faz lei nesse país
1189 que pega, e a gente começa a respeitar esse país ou então é um monte de lei que não pega e vamos lá
1190 fazer festa, e eu não estou muito afim de fazer festa, estou velho para ficar dançando funk e essas
1191 coisas.

1192
1193 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1194
1195 O Ministério queria a palavra? .

1196
1197 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

1198

1199 Fernando do Ministério da Saúde. Pelo o que eu estou entendendo aqui nessa questão foi solicitado
1200 um parecer ao Ministério do Meio Ambiente e identificou que é necessário fazer um diagnóstico em
1201 termos de estado e município para a gente tomar uma decisão e então eu reforço isso para a gente
1202 tomar uma decisão a gente precisa de informação e reforço que é importante que se faça isso para a
1203 gente tomar essa decisão e claro que tem estado que tem o que dizer, mas nós sabemos que o foco é
1204 município mas quanto mais informação é melhor para tomar decisão. E a gente fixa o prazo para
1205 receber isso que eu acho importante não ficar solto e depois com a informação tomamos a decisão.

1206
1207 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1208
1209 Eu queria só reforçar a proposta do Cláudio Alonso e de fato é o seguinte os municípios tem prazo a
1210 cumprir e tem dificuldades de cumprir esse prazo e se não cumprirem esse prazo nós estamos fazendo
1211 uma nova proposta de prazo e o que poderia se fazer é pedir uma informação mais detalhada e acho
1212 que poderia ser só aos municípios porque cabe ao Governo do Estado e OEMA fiscalizar esse
1213 cumprimento não de prazos aplicando penalidade para os municípios que não cumprem. Então é
1214 fazer o plano e depois aplicação do plano, e então eu acho que os municípios poderiam sim, à
1215 ANAMMA justificar e aí trazer uma justificativa do porque desses prazos que nós apresentamos uma
1216 proposta de prazo, e eu tenho até algumas dúvidas, fui eu que apresentei depois ponderar quando eu
1217 apresentei essa proposta que talvez três meses seria pouco para municípios numa área de um milhão
1218 de habitantes, e então a gente refaz isso aqui e apresenta as justificativas para reunião da Câmara
1219 Técnica. O encaminhamento que eu daria é que poderia ser só uma solicitação à ANAMMA para que
1220 fizesse as justificativas, porque aos governos do estado cabe somente a fiscalização disso. Então é
1221 colaboração e fiscalização.

1222
1223 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1224
1225 Não é falta de elaboração, não é chegar a fiscalizar com botina de ferro, mas é que não cabe ao
1226 município solicitar informação ao estado.

1227
1228 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1229
1230 OK, Ministério da Saúde, podemos encaminhar desse jeito ou você acha que seria bom ainda assim
1231 solicitar informação à ABEMA, porque ao inves de solicitar aos estados, solicitaria somente á ABEMA
1232 representando todos os estados.

1233
1234 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

1235
1236 Eu acho que não prejudica mandar solicitação para ABEMA, porque se o estado gerencia política
1237 ambiental nessas unidades de federação, eles têm que ter conhecimento de como estão os municípios.
1238 E então se existe informação sistematizada disponível é importante para nós termos. Vamos fazer o
1239 seguinte, para não atrasar o processo foca na informação do município e o que chegar da ABEMA para
1240 nós vai ser lucro.

1241
1242 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1243
1244 Se não pedir não chega. Podemos pedir.

1245
1246 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

1247
1248 Eu acho que só temos a ganhar com isso, Cláudio.

1249
1250 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1251
1252 Eu volto a insistir eu faço parte da ABEMA e vou levar minha opinião para lá. Por isso que eu queria ler
1253 com detalhe o que está escrito e o que a gente está discutindo. Fica estabelecido o prazo máximo de
1254 doze meses eu elaboro um plano nesta elaboração de plano vai sair isso, os municípios tem que
1255 elaborar um plano e não tem que implantar em 12 meses senão vai todo mundo em cana. Não é isso.
1256 Por isso que eu quis ler em detalhe o que está escrito, fica para elaboração o plano. O município em um
1257 ano não elaborou o plano, em dois anos não elaborou um plano, nós estamos indo para o quarto e não
1258 elaborou plano. O que a gente tem que ter claro é o seguinte, nós no mínimo temos que ter um plano

1259 elaborado pelo município. É isso que está pedindo o artigo onze não está pedindo outra coisa, ele não
1260 diz aqui mata se não você tiver um aterro implantado em 12 meses.

1261

1262 **Rita Lima de Almeida - MMA/SEMUC**

1263

1264 Com relação a Resolução, em dezembro o Ministério do Meio Ambiente ele fez uma publicação e
1265 discussão com o Ministério das cidades sobre o licenciamento como procedeu o licenciamento
1266 ambiental com essa 307. Tem os exemplares, inclusive a Silvia traz hoje alguma, está na secretaria lá
1267 do ambiente urbano, a SRH. Então ela vai trazer essa publicação que ela é orientada para aplicação
1268 da 307 com relação ao licenciamento e foi disponível no site do Ministério do Meio Ambiente. Meu
1269 esclarecimento é em relação a isso aí.

1270

1271 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1272

1273 Quanto ao licenciamento. Eu quero saber os municípios tem que fazer um plano e como é que vão
1274 gerenciar isso e depois que ele fez o plano é que você tem os critérios de gerenciamento mas o plano
1275 não sai em quatro anos e enquanto a gente fica aqui os planos continuam a não sair e em 2010, a
1276 gente vai falar eu vou dar mais um ano porque não está dando. É um plano, não é para implantar de
1277 imediato. É um plano que ele se compromete a num ano fazer não sei o que e em um ano e meio
1278 verificar verba para fazer não sei o que lá, é isso que não está pronto. Eu sei das dificuldades e não
1279 estou nem criticando, às vezes temos que criticar prazos extremamente absolutamente não cumpríveis.
1280 Por isso que eu acho que temos que resolver logo e que se dê mais um prazo, porque se faz um plano
1281 nesse prazo sem mais delongas, já fazem quatro anos.

1282

1283 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1284

1285 OK. Desculpe. Eu me perdi porque eu estava lendo aqui só para encaminhar.

1286

1287 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1288

1289 Vamos botar logo o dedo na ferida, define logo não fez em um ano e não fez mesmo, fazer o que? Dar
1290 um tiro na cabeça? A gente sabe que o poder público tem dificuldades. Vamos dar um prazo razoável
1291 e pedir que seja cumprido quem mais delongas, senão vamos ficar discutindo e em 2010 vamos dar
1292 mais um ano de prazo.

1293

1294 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1295

1296 Vamos dar aos municípios que apresentem essa proposta de prazo a ser cumprido.

1297

1298 **Gustavo Silva de Carvalho - Governo do Estado de Alagoas**

1299

1300 Para esclarecimento porque me parece que o que estamos buscando aqui é uma constatação. Não se
1301 tem cumprido isso aí. Eu acho que é evidente e talvez em alguns poucos, mas a grande maioria dos
1302 municípios, não. Então eu acho que a gente não tem necessidade de ir buscar novas informações aos
1303 estados ou municípios para dizer o óbvio. O óbvio é que vamos partir para a etapa seguinte e vamos
1304 definir novo prazo que é a proposta.

1305

1306 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1307

1308 Só um detalhe, ele não está para deliberação nesta reunião de hoje e nós podemos encaminhar para
1309 deliberação na próxima reunião e a gente delibera o prazo na próxima reunião então e discute o prazo e
1310 debate e delibera.

1311

1312 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1313

1314 E aguardamos ansiosamente você como representante da ANAMMA uma proposta que seja factível.
1315 Na implementação do plano.

1316

1317 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1318

1319 Só uma orientação cada vez que as pessoas forem se identificar precisa identificação para que fique o
1320 registro, então cada vez tem que se identificar.

1321
1322 **Rita Lima de Almeida - MMA/SEMUC**

1323
1324 Rita, Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Realmente a implementação do plano
1325 é dos municípios, mas para você implementar esses planos você tem alguns procedimentos para você
1326 implementar e inclusive dentro desses procedimentos você tem as exigências do licenciamento
1327 ambiental. É isso.

1328
1329 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1330
1331 Mas existe uma divergências e por isso que eu quis ler o que está escrito. Ele não é obrigado a
1332 implementar o plano em 12 meses é obrigo obrigado a fazer o plano, e ao fazer ele levanta essas
1333 informações, ele não tem nada, ele é obrigado a fazer um plano, não é obrigado a implementar o plano
1334 em um ano. É por isso que eu fiz ler direito o que estava escrito. Ele precisa fazer o plano em um ano.
1335 Para fazer o plano ele tem que levantar informações.

1336
1337 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1338
1339 Proposta de encaminhamento aqui do Ministério da Saúde.

1340
1341 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

1342
1343 Fernando do Ministério da Saúde. Olha gente, a minha proposta é o seguinte, não vamos deliberar isso
1344 hoje. Então vamos fazer o seguinte. Eu quero tomar decisões com base em informações e não me
1345 foram apresentadas um diagnóstico desse quadro fala que ninguém tem mas isso não é informação.
1346 Eu quero que seja apresentado um quadro de quem tem e quem não tem, não é possível que o estado
1347 brasileiro não tenha esse diagnóstico e então que o CONAMA nos oficie os órgãos e que nos seja
1348 apresentado isso aqui. Então primeira coisa fazer esse pedido de informação para ABEMA e para
1349 ANAMMA e na próxima reunião traz um quadro com a situação disso e não dá para ficar discutindo
1350 suposição, é isso que é minha proposta de encaminhamento.

1351
1352 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1353
1354 Então encaminhamento de consenso acredito eu. Solicitação de informações à ANAMMA e ABEMA
1355 disso e para quem tiver eu mas solicitar essa informação para a pauta da próxima reunião para
1356 deliberação dos novos prazos, se não vier à decisão se tiver a informação se tem ou se não tem, e fica
1357 a pauta para a próxima reunião. OK? Encaminhado. Item 4. 4. 2 a Ruth disse que pode passar o
1358 informe do item 4. 4. 2, e aí só para encaminhar eu proporia que ela passe e a gente faça as
1359 informações disso e depois a gente saia para almoço após esse item porque os próximos começam a
1360 ser itens de deliberação e então a gente passa para itens de deliberação logo após o almoço. Após os
1361 informes da Ruth a gente passa para almoço.

1362
1363 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

1364
1365 Vou informar sobre o processo 20011037 de 2002, que é a regulamentação da movimentação
1366 interestadual de resíduos perigosos. O GT encerrou seus trabalhos, tem uma proposta e não teve
1367 consenso, ou seja, uma proposta com várias outras propostas inclusas. E quando chegou à Câmara
1368 Técnica anterior, foi deliberado que fosse encaminhada uma solicitação à SQA da realização de um
1369 evento podia ser um seminário e alguma coisa para consultar as OEMAs sobre a necessidade ou não
1370 dessa regulamentação dessa movimentação de resíduos perigosos. Então esse processo foi
1371 encaminhado na época era SQA e agora SEMUC era SQA na época da reestruturação do Ministério e
1372 houve uma resposta positiva da realização desse evento incluindo que fosse chamado também o
1373 IBAMA e o pessoal do licenciamento do Ministério para a realização desse evento. Só que até o
1374 momento não foi estruturado e nem definida data, mas já tem uma resposta positiva da realização da
1375 consulta aos OEMAs numa forma de seminário sobre necessidade ou não da regulamentação desse
1376 assunto.

1377
1378 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1379
1380
1381
1382
1383
1384
1385
1386
1387
1388
1389
1390
1391
1392
1393
1394
1395
1396
1397
1398
1399
1400
1401
1402
1403
1404
1405
1406
1407
1408
1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430
1431
1432
1433
1434
1435
1436
1437

Eu acho que a vida muito simples e a gente complica muito, sabe? Eu acho.

Zilda Veloso - IBAMA

É que na proposta de transporte, a gente coloca toda uma logística de funcionamento que envolve as empresas, OEMAs e o IBAMA pela gerência do Cadastro Técnico Federal e a proposta de organização de um evento era de discutir esse assunto e ver como ficaria a logística disso, mas não spal ida a proposta, não. A proposta é mantida. Não era sobre a necessidade ou não dela.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Eu faço uma confusão e eu sou honesto ao falar isso, é que tem dois termos muito próximos e eu conceitualmente sei o que é, e nominalmente eu as confundo. Tinha uma de transporte e uma de movimentação, não era isso? Tem as duas e com isso é que houve a confusão e então uma das duas eu nunca sei qual é o transporte. O transporte eu acho que já está suficientemente regulamentado e não precisa. O que precisa é movimentação. E é isso, não é? Eu acho o seguinte, uma reunião da Câmara Técnica com convite a todos os Estados e os especialistas adequados, ela resolve a situação e chama-se isso de seminário, não precisa ser alguma coisa com coquetel e plumas e paetês. Uma reunião de Câmara de um dia para este seminário eu acho que é razoável. E basta. Vem estados, interessados, debates e acabou. Não precisa de muita pluma e paetês. É praticamente marcar a data.

Zilda Veloso - IBAMA

Precisa de recursos para poder bancar uma reunião.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Uma reunião de Câmara, cada estado banca suas próprias pernas e o pessoal de Brasília está aqui.

Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA

Só um esclarecimento, Cláudio Alonso. Existem realmente dois processos, vai ser um assunto de deliberação após o almoço, mas na verdade a solicitação de consulta às OEMA não foi por esse assunto de ter dois processos, mas como seriam esses procedimentos todos de licenciamento dessa movimentação de cargas perigosas porque existe um problema ou um ou mais de um que quando é licenciado num estado o transporte de carga perigosa, vai passar por outro estado às vezes eles não aceitam a licença daquele estado para passar no estado. E então seria uma forma de sistematizar esse licenciamento de forma que saindo deste estado produtor que vá ao destinador de disposição final que por onde ele trâmite, aquela licença tenha validade.

Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde

Só nos mostra a diferença de movimentação e transporte.

Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA

Desculpa, mas na verdade o termo não é movimentação de transporte. O assunto é resíduos perigosos e cargas. Cargas, pelo menos a maioria do pessoal estava pensando que carga perigosa já está regulamentado pelo Ministério dos Transportes. Então é uma das discussões. Uma é carga e outra é resíduos perigosos, e por isso que tem um processo, esse 5580 que nós vamos deliberar à tarde dispõe sobre transporte interestadual de cargas perigosas e o de cima é resíduos perigosos. Existe uma diferenciação sutil mas existe. A carga já está regulamentada pelo Ministério dos Transportes. E isso que nós vamos ter que discutir nessa Câmara e os senhores deliberarão sobre o assunto, se esses dois processos poderão ser resolvidos num só ou arquiva esse segundo processo deliberando que ela já está regulamentada a questão da carga perigosa pelo Ministério dos Transportes.

José Alberto Rodrigues Santos - IBC

1438 Posso falar? O meu nome é José Alberto e participei do GT e o GT foi montado como transporte de
1439 resíduos perigosos. Transporte não é competência desse Ministério. Para tal, nós mudamos para
1440 movimentação de resíduos perigosos, perfeito? Diante disso, o que o setor produtivo propôs nesse
1441 GT? Propôs que tivéssemos no sistema aonde estando no Rio Grande do Sul e gerador de um resíduo
1442 e esse resíduo é perigoso e vou incinera-lo na Bahia, na COPENE e então eu preciso passar pelo Rio
1443 Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e vou até a Bahia, perfeito? Então
1444 nós temos a dificuldade de obter licenças ou passar por diversos estados. Tem estados que cobram
1445 alguma coisa e tem estados que não cobram nada. E então o IBAMA quis participar do sistema. Então
1446 o setor produtivo...

1447
1448 **Zilda Veloso - IBAMA**

1449
1450 A proposta é do IBAMA pelo amor de Deus me deixa esclarecer isso, isso aqui está ficando um samba
1451 do crioulo doido, pelo amor de Deus. A Ruth está falando de licenciamento e a gente não fala de
1452 licenciamento. Eu sou relatora do grupo. Eu sou relatora do grupo. Cada um está falando uma coisa
1453 diferente.

1454
1455 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1456
1457 Só vamos garantir a palavra.

1458
1459 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**

1460
1461 Espera um pouquinho, eu participei do GT, qual é tua dúvida? A origem foi a carbonífera.

1462
1463 **Zilda Veloso - IBAMA**

1464
1465 Aí o IBAMA entrou, a proposta é do IBAMA .

1466
1467 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**

1468
1469 Quem pediu não foi a indústria carbonífera?

1470
1471 **Zilda Veloso - IBAMA**

1472
1473 A indústria carbonífera é outra coisa, o grupo que você participou foi o de cima.

1474
1475 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**

1476
1477 Foi o de movimentação. Vamos esclarecer qual é a dúvida.

1478
1479 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1480
1481 Objetivamente Senhor Presidente, eu acho que nós temos que deixar claro que existiu uma Resolução
1482 da Câmara anterior, solicitando um seminário onde se discutisse tudo isso, esse seminário não é
1483 complexo, porque basicamente são os OEMAs que tem que ser inclusive motivados, porque tem muito
1484 OEMA novo no pedaço, para entender essas diferenças sutis e se dispôs a participar dessa Câmara e
1485 fazer uma Resolução que seja um certo consenso nacional. Basicamente é isso. Agora não sei quem
1486 propôs.

1487
1488 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1489
1490 Só um minuto. Só para dar um encaminhamento, é fazer um seminário e tem dois itens muito
1491 parecidos essa de transporte de carga. Juntar os dois, realiza o seminário e encaminha para que o
1492 Ministério ou quem é de responsabilidade para que realize o seminário com os OEMAs. Nós
1493 realizamos, Câmara Técnica?

1494
1495 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1496

1497 Veja, estou falando o seguinte. O seminário é muito simples de fazer. Porque ele basicamente vai
1498 motivar alguns estados e algumas O M E A que ainda não perceberam qual é a diferença entre essas
1499 sutilezas. Ela vai levantar para todas as OEMAs de uma forma clara que existem dificuldades nos
1500 transportes de todos os estados, se São Paulo vai para a Bahia, Rio Grande do Sul e em todo lugar vai
1501 ter problema e o que a gente precisa fazer uma grande motivação para que depois esta Câmara
1502 assuma o comando que já foi lhe dado de efetivamente fazer uma Resolução mas os estados estarem
1503 antenados para contribuírem de forma que acharem que deve para tentar fazer um consenso nacional
1504 nessa Resolução. É basicamente isso e o resto depois a gente vê.
1505

1506 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**
1507

1508 Senhor Presidente, eu pediria que a relatora pudesse dar um breve esclarecimento, eu estou me
1509 sentindo assim necessitando desse esclarecimento até para tomar qualquer decisão de
1510 encaminhamento. Eu pediria essa palavra.
1511

1512 **Zilda Veloso - IBAMA**
1513

1514 O IBAMA encaminhou essa proposta, é porque a Ruth falou diversas vezes em licenciamento. Não tem
1515 nada a ver com licenciamento, é para facilitar o licenciamento. Isso não é regulamentação de
1516 licenciamento. Então eu estou falando em relação ao item 4.4.2. Tem um outro assunto que a idéia é
1517 vir que é o 4.5.2, mas isso aí os senhores vão ter que deliberar e a gente pode até discutir, os senhores
1518 podem até discutir eles em conjunto agora. Essa proposta do IBAMA o nome foi movimentação e nisso
1519 o José falou corretamente, o José Alberto da CNI é porque não cabe à área ambiental regulamentar o
1520 transporte, já existem Resoluções sobre o assunto, mas a nossa proposta que foi sendo muito
1521 melhorada pelo grupo, o grupo fez um trabalho eu acho que muito bom é tentar facilitar a vida de todo
1522 mundo através do Cadastro Técnico Federal. Ou seja, tem uma carga que quer se movimentar de um
1523 estado para o outro e vai passar entre dois, se colocarmos todos para verem as licenças que são em
1524 nome da empresa dentro do Cadastro Técnico Federal, essa conversa vai ser mais ágil porque hoje é
1525 assim, eu só dou a minha licença de trânsito se eu souber que a licença do estado que vai receber foi
1526 emitida. Então fica um tal de mandar ofício com cópia da licença, com cópia de parecer e nossa
1527 proposta é colocar tudo dentro do Cadastro Técnico Federal para que on-line os órgãos insiram suas
1528 autorizações e todos possam ver as autorizações emitidas. É por isso que eu não concordo quando a
1529 gente diz que há validade ou não da Resolução. O objetivo de fazer o seminário é colocar todos para
1530 conversar e ver se essa proposta realmente facilitaria a vida de todos. Para aqueles que não sabem o
1531 cadastro técnico Federal é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente e ele está na
1532 6938, ele é gerenciado pelo IBAMA que está fazendo um trabalho com os estados de parceria e existe
1533 a cobrança da taxa e hoje existe, foi assinado na última reunião do CONAMA com o Estado do Rio de
1534 Janeiro. Eu tenho técnicos da minha área se deslocando para os estados, nós vamos compartilhar a
1535 taxa o maior valor fica com o estado e nós gerenciamos a informação nacionalmente. E para aqueles
1536 Conselheiros que não sabem todo o sistema de controle que se faz hoje, quer seja de pneus, quer seja
1537 de bateria, quer seja de mercúrio, é feito com informações no Cadastro Técnico Federal. Então como é
1538 uma coisa relativamente nova a idéia do seminário é para que a indústria transportadores, os OEMAs e
1539 o IBAMA, trabalhem nessa proposta na forma de um seminário, para que nós possamos ver se ela
1540 realmente vai agilizar. E eu acho a proposta muito boa e eu acho que dá certo, mas a proposta era o
1541 seminário para a gente discutir o assunto com mais detalhes. E essa proposta foi melhorada, a do
1542 IBAMA não era essa, eu acho que a gente melhorou isso no grupo. E essa outra proposta que ficou
1543 durante algum tempo na Câmara de Controle Ambiental, que é a da Indústria Carbonífera Rio Deserto
1544 ela foi remetida a esta Câmara Técnica porque é um assunto que licenciar o transporte não se vai
1545 licenciar porque é competência e ele já está contemplado no grupo esse que conclui o seu trabalho no
1546 qual eu fui relatora. Então não trata do licenciamento, é um facilitador das informações através do
1547 Cadastro Técnico Federal, é isso.
1548

1549 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1550

1551 Acho que tem consenso o encaminhamento no seminário. Eu estou encaminhando tua palavra aqui e
1552 depois encerro só para que ninguém mais se inscreva para falar.
1553

1554 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**
1555

1556 Eu vou gostaria de salientar o seguinte o cadastro do setor produtivo é estático. Você não elimina para
1557 fazer em paralelo uma série de correspondências no aspecto dos estados. O que a gente queria e
1558 solicitou várias vezes para o IBAMA é que houvesse uma dinâmica. Eu no Rio Grande do Sul
1559 acessando o cadastro e automaticamente remeter essa informação para todos os estados aonde eu iria
1560 passar e os estados alimentassem o sistema e voltassem essa informação para mim, se eu só vou ser
1561 cadastrado e a informação está estática, eu paralelamente vou ter que mandar uma carta. Eu estou te
1562 falando o seguinte.

1563
1564 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

1565
1566 Questão de ordem, eu acho que isso pode ser discutido no seminário, não aqui. Eu acho que já estou
1567 satisfeito com o esclarecimento do IBAMA e pediria para a gente ir encerrando.

1568
1569 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**

1570
1571 Ou seja, informação dinâmica. Não só cadastrá-lo.

1572
1573 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1574
1575 O seminário vai decidir isso, não é aqui. Só no seminário eu faria o seguinte, o item logo na seqüência
1576 o 4. 5. 2 dispõe sobre o transporte de cargas perigosas.

1577
1578 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1579
1580 Essa proposta fui eu que fiz na reunião da Câmara e colocava os dois itens no seminário.

1581
1582 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1583
1584 Só porque está no item seguinte da pauta e então encaminhamento de consenso. Então
1585 encaminhamento de consenso, o seminário e a gente sai agora paralisa para o almoço e retornamos.

1586
1587 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

1588
1589 Eu só queria colocar o Ministério da Saúde à disposição, nós temos aqui um técnico que é o Aramis, ele
1590 é da área de vigilância de populações expostas relacionadas a acidentes com produtos perigosos, e
1591 colocar o Ministério da Saúde para ser parceiro na organização desse seminário, e queria que fosse
1592 registrado em ata o nosso interesse.

1593
1594 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1595
1596 Então o seminário a ser realizado em parceria com o MMA e Ministério da Saúde. Qual é a data?

1597
1598 **Zilda Veloso - IBAMA**

1599
1600 Poderia perguntar à SQA qual seria a data provável.

1601
1602 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1603
1604 Que marque a data e será informado ao GT. Para que na próxima reunião a gente receba informação
1605 da data desse seminário. Retorno do almoço às duas horas, OK? Uma hora e 40 minutos para almoço.

1606
1607 **Intervalo para Almoço**

1608
1609 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1610
1611 Boa tarde a todos e todas. Estando todos os membros da Câmara Técnica presentes,, com exceção
1612 das ONGs que não vieram para a reunião de hoje, estamos ré iniciando o trabalho na parte da tarde.
1613 Eu só tenho primeiro uma retificação de informação por parte do Ministério do Meio Ambiente pela
1614 Política Nacional de Resíduos Sólidos e então ela queria retificar uma informação que passou na parte
1615 da manhã e ela vai retificar uma informação.

1616
1617
1618
1619
1620
1621
1622
1623
1624
1625
1626
1627
1628
1629
1630
1631
1632
1633
1634
1635
1636
1637
1638
1639
1640
1641
1642
1643
1644
1645
1646
1647
1648
1649
1650
1651
1652
1653
1654
1655
1656
1657
1658
1659
1660
1661
1662
1663
1664
1665
1666
1667
1668
1669
1670
1671
1672
1673
1674

Sílvia Regina da Costa Gonçalves - MMA/SRHU

Boa tarde. Sou Sílvia do Ministério do Meio Ambiente. É porque eu havia passado a informação de que a última versão estava disponibilizada no site, mas como eu havia falado também, como estou fazendo os últimos ajustes, então a versão final vai estar disponível só na semana que vem. A versão que foi realmente em consenso com outros Ministérios, Saúde, Cidades, MDIC, Casa Civil e Presidência da República. Então só na semana que vem que ela vai estar disponível no site. Obrigado.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

Outro encaminhamento a ser dado, é que durante o horário do almoço eu fui procurado pelo representante da CNC, fazendo uma sugestão de consulta aos Conselheiros sobre nós mantermos ou não na pauta a Resolução que delibera sobre fibras de amianto e e resíduos de amianto. E, feita essa consulta na hora do almoço informalmente a todos, tendo em vista que muitos são novos na Câmara Técnica, estabeleceu-se por consenso e por unanimidade a retirada de pauta e aí não vou deixar chegar na pauta...

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Nós vamos ter que votar isso aqui, não podemos votar na hora do Almoço.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

Não, primeiro estou passando a informação, aí a gente vota isso aqui. Só que a gente conseguiu estabelecer esse consenso e então a gente refiro renda isso agora e a gente vai passar já a esse encaminhamento para que eventuais representantes interessados nos temas não precisem ficar daqui a pouco até amanhã à tarde ou eventualmente amanhã aguardando esse processo se esse processo não vai estar efetivamente, vai chegar no momento da pauta e aí vai surgir a proposta de retirada de pauta.

Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC

Alexandre Mello da CNI. Eu gostaria só de ratificar e colocar como sugestão para os Conselheiros, na próxima reunião dessa Câmara Técnica o representante do setor do amianto, ele fazer uma breve exposição bem curta de como está sendo vista a questão tanto a nível do Brasil quanto internacionalmente. Então eu sugeriria fazer meia de hora de apresentação dessa questão do amianto.

Fernando César Carneiro - Ministério da Saúde

Fernando do Ministério da Saúde. Para somar a isso então, eu sugiro também que preparou uma nota técnica sobre isso, que ela comece também na próxima reunião fazendo a apresentação de todo trabalho também de conceituação de resíduo perigoso e toda essa parte técnica de Meio Ambiente, e pediria também para o Ministério da Saúde ter um espaço, eu vou enviar com antecedência também para os membros da Câmara, eu só queria alertar, porque essas coisas eu acho que tem que ficar bem claras, foi uma decisão tomada pelo CONAMA essa Resolução, mas só quero reforçar que o Ministério da Saúde já tem posição definida sobre o tema. Essa posição já está expressa na nota técnica 050 de 2005, que assinam essa nota técnica a área que eu coordeno, assina a Fundação Oswaldo Cruz, onde tem os maiores especialistas no país em termos de Saúde Pública, e essa questão um dos maiores também estão lá de acúmulo de conhecimento nisso, assina a ANVISA, e assina também a Área de Saúde do Trabalhador do Ministério. Essa nota técnica, além de confirmar a posição do Ministério da Saúde ela foi referendada pelo Conselho Nacional de Saúde. E, então quero encaminhar essa nota técnica também com antecedência para todos os membros, assumo esse compromisso e reforços que a posição do Ministério nesse debate não é nem do princípio da precaução. Quando é princípio da precaução é quando há incerteza científica e a questão do amianto para nós, se tem muita certeza do dano que isso causa à saúde e para nós todo tipo de decisão que envolver algum tipo de retrocesso em termos de risco a saúde da população, a posição do Ministério vai ser no sentido de questionar e no sentido de trabalhar para uma Resolução que contemple a saúde da população. Então, é só, digamos assim, um esclarecimento da posição do Ministério da Saúde, que é a posição de vários órgãos referendada pelo Ministro, pelo Conselho Nacional de Saúde, e que queremos também expressar no

1675 dia da reunião da Câmara com apresentação técnica de alto nível para a gente qualificar bem esse
1676 debate em termos de saúde pública.

1677

1678 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1679

1680 Quando eu fiz a provocação pela manhã para inversão de pauta, eu já tinha percebido dentre várias
1681 pessoas presentes que esse assunto ia ser retirado, e então não sei porque já não se retirou na hora.
1682 Eu acho que a gente é uma Câmara de seis pessoas, hoje seis e a informação deve fluir de uma forma
1683 um pouco mais rápida, porque quando eu pedi inversão de pauta eu tinha certeza que não ia ser votado
1684 agora e que as coisas sejam colocadas rapidamente. Independentemente do que vai acontecer na
1685 decisão sobre o amianto, no dia 11, 18 de janeiro deste ano eu não vou fazer comentário nenhum
1686 parece que não tem nada a ver mas tem tudo a ver. Um porteiro em São Paulo deu entrada no hospital
1687 para ser operado da perna direita e foi operado da perna esquerda. Muito obrigado e depois a gente
1688 comenta isso.

1689

1690 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1691

1692 Precisa de mais algum esclarecimento? Só dar o encaminhamento. Podemos encaminhar e passar
1693 tudo para a próxima reunião. Entra na próxima reunião e aí nota técnica passa para a Ruth e ela já
1694 inclui nos documentos que envolvem o processo e etc e etc e tal.

1695

1696 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1697

1698 Eu primeiro solicito votação formal, eu acho que vai ser unânime, mas o registro tem que ser feito e
1699 segundo eu solicito o seguinte, que as pessoas que forem intervir tenham seu tempo limitado a dez
1700 minutos, porque elas devem apresentar por escrito antes e a gente ler antes, eu acho que isso agiliza
1701 uma Câmara de seis pessoas porque esse negócio da gente não ler nada antes e querer ler tudo aqui
1702 hora agora você ficar horas e dias discutindo uma coisa que em dez minutos a gente resolve em casa.
1703 E quem não apresentar por escrito perde o direito de apresentar, porque a gente tem que estudar antes
1704 e refletir com mais detalhe.

1705

1706 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1707

1708 Nós vamos dar o seguinte encaminhamento...

1709

1710 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1711

1712 Quem não apresentar por escrito perde o direito de fazer sua exposição, não perde o direito de intervir.
1713 Porque Brasília é muito seco.

1714

1715 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1716

1717 OK. Primeiro eu pergunto se esse encaminhamento do Cláudio Alonso para que todos os interessados
1718 em defender eventuais posições apresentem suas defesas por escrito para a Câmara Técnica antes da
1719 próxima reunião. Tem consenso nisso, né? Então eu vou fazer encaminhamento da votação da
1720 retirada de pauta. A ANAMMA é favorável.

1721

1722 **Carlos Roberto Paiva da Silva - Ministério das Comunicações**

1723

1724 Ministério das Comunicações favorável.

1725

1726 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**

1727

1728 Ministério da Saúde favorável.

1729

1730 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1731

1732 São Paulo, favorável.

1733

1734 **Gustavo Silva de Carvalho - Governo do Estado de Alagoas**

1735
1736 Alagoas favorável.
1737
1738 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**
1739
1740 CNI favorável.
1741
1742 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1743
1744 Foi retirado da pauta e fica para a pauta da próxima reunião.
1745
1746 **Zilda Veloso - IBAMA**
1747
1748 Cláudio, a reunião foi em fevereiro ou março, não foi isso aquela reunião que nós tivemos no Ministério.
1749 Conforme eu havia prometido aquela vez para o Presidente da Câmara Técnica, a nossa nota, por que
1750 a gente fez uma série de colocações e não tinha apresentado isso por escrito. Está disponível no sítio
1751 do IBAMA com comentários a respeito do documento, lá constam e favorável à manutenção do texto da
1752 Resolução como ela está hoje. Só isso. Está no sítio do CONAMA. está lá.
1753
1754 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1755
1756 OK então. Então dando seqüência.
1757
1758 **Carlos Roberto Crespo – Instituto de Defesa do Patrimônio Nacional**
1759
1760 André, por favor, eu gostaria que também fosse encaminhado, sou Carlos Roberto Crespo do Instituto
1761 de Defesa do Patrimônio Nacional. Eu gostaria que fosse encaminhado também ao CONAMA uma
1762 nota técnica do Ministério das Minas e Energia que é uma contribuição também para essa Câmara
1763 Técnica.
1764
1765 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**
1766
1767 Como é que a gente faz o encaminhamento, como Solicita? Vamos fazer o seguinte. Como nós não
1768 temos conhecimento dessa nota técnica, eu não sei se ela existe ou deixa de existir, você que tem e eu
1769 tenho certeza que o Ministério tem interesse em mandar informação a nota técnica, solicita para que ele
1770 mande e ela anexa. item 4.5 1.
1771
1772 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
1773
1774 O que aconteceu foi o seguinte. Quando nós discutimos a Resolução de pilhas e baterias apareceu um
1775 grupo, eu não sei se foi da Vivo ou da Oi, que estava extremamente preocupado com a questão do lítio.
1776 Mas me pareceu à época que era muito mais uma questão de Saúde ocupacional do que uma questão
1777 de saúde ambiental. Me pareceu à época. E como nós tínhamos uma postura de pelo menos terminar
1778 o máximo possível de resoluções para que não passasse de um grupo para o outro, porque a gente já
1779 discutiu e não vai querer discutir de novo. Nós fizemos o seguinte. Nós fechamos pilhas e baterias do
1780 jeito que estava, contemplando aquelas que já haviam sido estudada e a de lítio ficou da gente criar ou
1781 não um Grupo de Trabalho em função de justificativa técnica adequada para ver se vale a pena ou não.
1782 Eu, para que não se crie uma profusão de grupos eu aguardaria a decisão da plenária sobre as atuais
1783 pilhas e baterias, as que já estão contempladas. Em função da decisão da plenária a gente criaria ou
1784 não. Porque criar muito grupo com esse número de pessoas que fazem parte da Câmara é complicado.
1785 Eu sugiro que se adie a decisão da criação do grupo de lítio para depois da decisão da plenária.
1786
1787 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**
1788
1789 Cláudio Alonso está chegando a uma proposta de que tem consenso em alguns outros setores, só que
1790 esse grupo já foi criado e o coordenador era o Bertoldo. O Bertoldo saiu da Câmara Técnica. Então o
1791 que a gente pôs em já estar criado, fazer um relato, esse relato que o Cláudio Alonso acabou de fazer e
1792 e optar ou eleger ou não eleger ou confirmar o Bertoldo ou não na coordenação do grupo ou que este
1793 grupo fosse extinto, mas é uma deliberação da Câmara. Só que este processo, como todo processo
1794 nosso tem que ser encaminhado para a assessoria técnica do MMA para dar um parecer e eles deram

1795 um parecer então tem uma pessoa, a Mirtes Borelli que vai fazer um relato rápido sobre o parecer da
1796 SQA agora a SEMUC.

1797

1798 **Mirtes Vieitas Boralli – MMA/SEMUC**

1799

1800 Mirtes do Ministério do Meio Ambiente. A sugestão da nossa secretaria seria de como a revisão da
1801 2573 está em andamento seria incluir bateria de lítio nela. Como fizemos vários anexos e cada anexo
1802 tem um tipo de bateria ou de pilha era simplesmente fazer mais um anexo das de ion lítio. É o mesmo
1803 assunto e vai ficar uma coisa separada.

1804

1805 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1806

1807 Por isso que eu vejo grandes vantagens quando a gente faz resoluções de múltiplas facetas você fazer
1808 em anexos. A gente poderia aprovar com as devidas modificações a proposta atual e depois com mais
1809 um anexo você bota lítio e se surgir mais alguma, sei lá do que, você coloca mais um anexo. Quer
1810 dizer, a proposta é exatamente essa. Caso saia uma proposição para lítio, ela seria anexada como um
1811 novo anexo da Resolução. Isso não impede que a Resolução seja discutida do jeito que está agora.
1812 Você não precisa parar uma para andar com a outra. É a vantagem.

1813

1814 **Mirtes Vieitas Boralli – MMA/SEMUC**

1815

1816 Mas como que é no procedimento do CONAMA aí vai ter que fazer a Resolução 257 para incluir outro
1817 anexo.

1818

1819 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

1820

1821 A vantagem é essa, você não revê tudo, você inclui um novo anexo, mas não autoriza a revisão, porque
1822 e então a vantagem do anexo é essa, o CONAMA recomenda que se faça mais um anexo para assunto
1823 x sem mexer no resto. Senão todo mundo quer mexer em tudo.

1824

1825 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1826

1827 OK, mas esse anexo é elaborado por um GT direto pela Câmara Técnica ou tem que ter um GT para
1828 discutir os anexos? O GT está constituído mas está sem coordenador e a questão é que teríamos que
1829 definir aqui um coordenador para dar continuidade ao GT e aí decidir se vai ter anexo.

1830

1831 **Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA**

1832

1833 Senhor Presidente, seria razoável nós pensarmos na proposta do nosso querido Cláudio Alonso, uma
1834 vez que estamos em frente a um acidente de percurso que foi o retorno da Resolução e seus
1835 respectivos anexos, níquel cádmio e tudo mais para essa Câmara e aonde a exigibilidade de revisão é
1836 exatamente sobre a postura de estar determinações e obrigações colocadas em anexo. De uma forma
1837 ou de outra esse grupo vai ter que se preocupar com essa que já está pronta e ver se será mantido em
1838 anexo e em mantido o anexo o que poderá constar ou não desses anexos e revisar o corpo principal.
1839 Quer dizer já é uma trabalhadeira danada e abrir mais uma frente para aumentar para ion lítio e como
1840 falou o outro de brincadeira vai talvez complicar. Eu acho que temos que dar ênfase e prioridade ao
1841 que aconteceu de retorno da Resolução que já está pronta. Deixa resolver isso e depois instala-se
1842 efetivamente esse novo grupo, porque senão vai ficar difícil trabalhar com todos.

1843

1844 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

1845

1846 OK, então a proposta é de adiamento da nossa decisão após a plenária do CONAMA. Essa é a
1847 proposta. Encaminho para a votação aqui dos membros da Câmara Técnica para ver se tem alguém
1848 divergente dessa proposta. Nenhum divergente? Então não precisa fazer votação. Por unanimidade.
1849 Adiamento da decisão da Câmara Técnica para após a deliberação da plenária do CONAMA. Sobre a
1850 Resolução existente hoje. OK? Item 4.5.3. Sugestão de proposta de Resolução referente as
1851 embalagens de óleo lubrificantes usadas. O processo está aqui, não sei se os outros Conselheiros
1852 tiveram a dificuldade que eu tive. Eu particularmente não consegui ter acesso a este processo no site,
1853 eu não sei se eu que não consegui procurar direito ou se não estava. Então eu não sei se os outros
1854 conseguiram pesquisar. A Ruth pode dar a informação?

1855
1856
1857
1858
1859
1860
1861
1862
1863
1864
1865
1866
1867
1868
1869
1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Só uma questão, Senhor Presidente. Sem querer ser chato no português porque eu fiquei confuso ainda agora, mas que diabo de embalagem de óleo lubrificantes usados. Ali na verdade é embalagens usadas de óleo lubrificantes. Porque nós temos uma Resolução sobre óleos lubrificantes usados que é outra coisa.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

O que eu pergunto na verdade é o seguinte. Pelo o que eu entendi aqui na técnica do MMA também me diz que não encontrou. Eu não encontrei. O Ministério da Saúde diz que não encontrou também. Então eu acredito que ela fica prejudicada para avaliação hoje, eu particularmente tenho uma proposta que como na próxima a gente vai discutir, eu tenho uma proposta de criação de GT sobre embalagens, eu acho que dá até para daqui a pouco colocar no pacote várias de embalagem, entre elas essa questão de óleo lubrificantes. Seja como for eu acho que não me sinto na condição de debater, porque não estudei o assunto. Eu particularmente não tenho condição de se debater.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Típica Resolução que poderia ser feita na base de anexos, você fazer os anexos para cada tipo de embalagem. Ia facilitar muito a vida.

Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA

Bem, realmente o processo não estava no site porque o pessoal ia escanear porque a FEPAM encaminhou, e quinze processos e a gente não ele foi encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente agora em 2007, mas uma proposta deles de 2005. Então a FEPAM eles fizeram uma portaria que dá sugestões de como dar destinação ambientalmente adequada dessas embalagens de óleo lubrificantes usados e eles propõe que o CONAMA faça o mesmo em termos de uma Resolução CONAMA. Eles apresentam aqui no documento a proposta, ou melhor, o modelo da portaria deles. Depois a gente vai colocar no site também. Eu vou pedir para eles encaminharem digital ou a gente vai escanear e colocar no site. Mas é uma proposta de destinação específica para embalagem.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

A proposta de encaminhamento é que ela fique para a próxima reunião para debate conjunto com a questão das embalagens em geral.

Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA

Me permita uma observação? Esse caso aí a lógica eu diria vamos trabalhar essas embalagens de óleo lubrificante junto com embalagem de uma forma geral, mas eu só gostaria de chamar à reflexão dos senhores o seguinte, tem toda uma sistemática referente à recolhimento de óleo lubrificante usados. E essas embalagens de óleo lubrificante já vão colocadas ali, já estão ali perto do negócio. E então talvez aí não deva se tratar junto com embalagem de uma forma geral, como já tem um sistema de recolhimento de óleo lubrificante pode-se talvez se pensar num ajustamento mas só para reflexão. Possivelmente talvez seja mais fácil associar embalagem de oleos lubrificantes ao próprio recolhimento do óleo usado, porque na hora que ele descarrega o óleo usado ele é abastecido com óleo novo e essa embalagem que já vai estar do lado.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

Só vou colocar em proposta com itens seco ensaios e a gente decide o encaminhamento na próxima reunião só com itens sequenciais que se resolver encaminhar junto fica mais fácil. Então eu consulto aos Conselheiros se alguém tem proposta divergente. Não tendo proposta divergente por unanimidade fica para a próxima reunião para que seja colocado na pauta ao lado dos restantes de embalagens. Item 4.5.4. Criação de G T para discussão sobre importação de resíduos industriais indicados como matéria-prima para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes utilizados como insumo agrícolas.

1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Essa é uma proposta do Estado de São Paulo encaminhado pela ABEMA, a gente acha que ela deve ter uma prioridade, a gente vai argumentar em seguida pela prioridade que se dá à ela pelo seguinte. Algumas pessoas lendo esse título podem ter uma interpretação errada. O que se está querendo coibir é que a título de insumo para micronutriente a gente está importando uma porção de porcaria. A gente não quer viabilizar a porcaria. Muito pelo contrário. A gente quer inviabilizar a quantidade de a título de micronutriente o lixo que a gente está importando ou exportando interestados. Então o que a gente quer e o Estado de São Paulo inclusive estamos fazendo reunião essa semana mesmo sobre esse aspecto de micronutriente, a gente gostaria que houvesse uma Resolução nacional para coibir alguns abusos que estão ocorrendo que a título de micronutriente a gente está fazendo porcaria, inclusive metais pesados.

Zilda Veloso – IBAMA

Dentro do processo isso já foi defendido oralmente e eu fui só confirmar agora, tem um parecer da pró-riusque da SQA do Ministério do Meio Ambiente e nós já tínhamos nos manifestado quanto a isso pessoalmente em uma das reuniões que eu já não me recordo mais, isso é um assunto que está há três anos no CONAMA, mas era o seguinte. Existe uma coisa nesse assunto é a importação de resíduos perigosos. Outra coisa é a regulamentação dos resíduos ou de qualquer outra substância como micronutriente para fertilização do solo. Importação de resíduos perigosos que é o caso de resíduos industriais a nossa preocupação é com resíduos perigosos, mas eu acho que aí houve uma colocação não muito correta. A importação já é regulamentada pela Resolução 23 de 96, 235 de 98, e a gente propôs com isso inclusive a revisão dessa Resolução, não só por causa disso, ela já está na hora de ser revista, existem formulários novos, procedimentos de controle também já são diferentes, e outra coisa é discutir a utilização de resíduos com micronutrientes. Eu acho ela oportuna, eu acho ótima, nós já tivemos nesses últimos três anos casos de detecção de tráfico ilegal de importação de resíduos e aí não é só o aprimoramento da Resolução que vai resolver, é o treinamento de fiscais de aduanas, porque os resíduos são importados e numa aversão à legislação, numa afronta à legislação, INCMs em códigos de importação diferentes daquilo que eles realmente são. São importados como minério de zinco e são resíduos perigosos, são escórias, e isso a gente já tem identificado, nós estamos com um trabalho com a Receita, com o MDIC, com a finalidade de colocar essas INCMs, já vem sendo colocadas num canal vermelho, as importações caem por nós, nós já pegamos uma carga grande no Rio de Janeiro no ano passado, que a nossa superintendência do Rio prestou apoio, e então a idéia seria ir... E eu não lembro, Ruth porque isso, eu acho que foi devido à quantidade de grupos de trabalho que tinha que esse assunto ficou um pouco parado, mas já tinha sido deliberado, não tinha? É que a SQA ficou de mandar parecer, ficou de formalizar o parecer, então é isso. A proposta da ABEMA eu vou te dar a data. Nove de setembro.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

Mas entrou mesmo na Câmara no ano passado? Foi 2005. Ela não é tão antiga.

Zilda Veloso - IBAMA

Nós fizemos uma sustentação oral. A SQA só veio ano passado. A resposta da SQA é nossa também, do IBAMA, e SQA foi um assunto que nós discutimos então a proposta seriam duas na realidade que se criar um grupo, mas esse grupo é só para tratar o uso de resíduos como ou a reutilização de resíduos como micronutrientes e o outro seria revisar a Resolução CONAMA 23 de 96. Seriam duas coisas distintas, porque senão a gente vai pegar importação de resíduos e resíduos industriais são utilizados também resíduos gerados no Brasil com micronutrientes e podem ou não ser perigosos e deve haver uma regulamentação para isso. Mas seria a revisão da Resolução 23 e a outra nova aí para o uso de resíduos se for o caso nos micronutrientes.

Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA

Só que essa é uma proposta específica.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

1975
1976 Olha, eu vou propor uma coisa. Existem várias maneiras que uma Câmara pode usar, encaminhar.
1977 Nós usamos na outra Câmara fiz umas propostas nesse sentido e funcionou. Eu vou pedir para relatar
1978 esse processo. São Paulo relata esse processo e apresenta na próxima reunião, colocando um breve
1979 histórico e a motivação. De tal forma que a gente tenha no documento junto, simples, enxuto, todo o
1980 procedimento que já andou. Então eu me proponho a relatar para a próxima reunião esse processo,
1981 enfim, esse item. Enxuga bem e fica fácil.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

1982
1983
1984
1985 O Ministério do Meio Ambiente acho que também vai fazer o relato já, não vai?

Zilda Veloso - IBAMA

1986
1987
1988
1989 Ela foi deliberada em 20 de outubro de 2004, está aqui o registro daquilo que eu falei, eu repeti o que
1990 eu falei agora. 2004. Eu já tinha falado isso.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

1991
1992
1993
1994 Eu faço um resumo e fica mais fácil das pessoas se posicionarem.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

1995
1996
1997
1998 Então se propõe a relatar na próxima reunião e parece que o relato da SQA se não está pronto fica na
1999 próxima reunião. Então o Governo de São Paulo e SQA.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

2000
2001
2002
2003 Então a SQA faz, eu não faço.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

2004
2005
2006 Mas parece que ele trouxe. É o parecer.

Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo

2007
2008
2009
2010 No relato eu já faço a síntese do parecer.

André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL

2011
2012
2013
2014 Então o encaminhamento o Governo de São Paulo vai relatar na próxima reunião para
2015 encaminhamentos que serão tomados na próxima reunião. De acordo então? Consenso, né? Por
2016 consenso Item 4.5. 5. Proposta de revisão da Resolução. Que estabelece data da publicação 11 do
2017 12 de 95.

Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA

2018
2019
2020
2021
2022 Eu vou só fazer um breve relato. Esse processo é o2000/869 de 2006, foi uma proposta da SQA, mas
2023 baseada nos seminários que foi feito com as OEMAs que estavam propondo revisão dessa Resolução,
2024 só que agora parece que voltou à realidade e veio um parecer da SQA e a Rita vai relatar esse parecer.

Rita Lima de Almeida - MMA/SEMUC

2025
2026
2027
2028 Rita do Ministério do Meio Ambiente, e esse encaminhamento foi uma discussão do GT que nós
2029 fizemos no seminário de resíduo e foi na Resolução 308, 307 e alguma coisa de Saúde. No decorrer
2030 dessa discussão, aí foi formado um grupo de GT regional e um grupo sugeriu a revisão da Resolução
2031 04 de 95 considerando que a Resolução não tratava de aterros sanitários e sim de lixo. Mesmo a
2032 gente tendo algum posicionamento com relação a essa decisão de levar para plenária, eles decidiram
2033 encaminhar ao CONAMA para avaliar essa proposta de revisar essa Resolução. Passado o seminário
2034 nós fizemos contato com o pessoal do seminário, os técnicos dos OEMAs, que eles tinham se

2035 comprometido a mandar alguma contribuição sobre essa revisão e não fizeram. Para finalizar, eles
2036 tiveram algum trabalho com o pessoal do setor de resíduo sólido e que eles também se manifestaram
2037 pela não alteração da Resolução. Eles propuseram e depois disseram que não, que já na Resolução
2038 permanecer como estavam porque essa questão dos 20 quilômetros é definida pelo departamento de
2039 aviação civil. Então isso daí teria que ser uma determinação não do CONAMA, mas sim do
2040 Departamento de Aviação Civil. Então a gente sugeriu que fosse retirada essa proposta e
2041 permanecesse a Resolução como está.
2042

2043 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**
2044

2045 Algum comentário da parte da Câmara diante dessas observação do Ministério do Meio Ambiente?
2046 Podemos encaminhar isso então? Vamos colocar em votação?
2047

2048 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
2049

2050 Em votação a retirada do assunto da nossa pauta.
2051

2052 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**
2053

2054 Como está fora da nossa competência vou conduzir a votação para arquivamento do processo. Já falo
2055 que o voto da Saúde é favorável.
2056

2057 **Carlos Roberto Paiva da Silva - Ministério das Comunicações**
2058

2059 Ministério das Comunicações é favorável.
2060

2061 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
2062

2063 São Paulo é favorável.
2064

2065 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**
2066

2067 CNI favorável.
2068

2069 **Gustavo Silva de Carvalho - Governo do Estado de Alagoas**
2070

2071 Estado do Alagoas é favorável também.
2072

2073 **Fernado César Carneiro - Ministério da Saúde**
2074

2075 Então item 4.5.6 também já deliberamos para a próxima reunião. Já estamos indo para assuntos
2076 gerais. Quem vai dar o informe sobre o Encontro Nacional de Colegiados da Área de Meio Ambiente.
2077

2078 **Ruth Tabaczenski - Assessora Técnica do CONAMA**
2079

2080 Ruth do CONAMA. O Nilo deu o informe rapidamente de manhã, esse encontro de colegiados vai se
2081 realizar dia 16, 17 e 18 de outubro aqui em Brasília, vai envolver os Conselhos Municipais e estaduais
2082 de Meio Ambiente e os Conselhos Nacionais de Meio Ambiente, além das todos os conselhos e as
2083 Agências Nacionais de Água, Comitês de Bacias Hidrográficas. Olha, esse está sendo um pequeno
2084 problema. Mais ou menos nós estávamos estimando umas 500 pessoas, só que a gente está tendo um
2085 problema que mais municípios estão querendo, porque houveram critérios para seleção dos conselhos
2086 e dos comitês de bacias hidrográficas, alguns critérios. Eles foram todos cadastrados, estão sendo
2087 finalizado o cadastramento no CONAMA, e aí alguns critérios que eu estou lembrando agora, é que eles
2088 tivessem reunido em 2006 e 2007, principalmente 2007. Que o Conselho fosse composto por todos os
2089 setores da sociedade, mais ou menos seguindo o modelo do CONAMA, ONGs, Setor Produtivo, Estado
2090 e Município.
2091

2092 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**
2093

2094 Qual Conselho?

2095

2096 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**

2097

2098 Na verdade é o encontro nacional de colegiados.

2099

2100 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2101

2102 Eu acho que ele pode seguir-se ao Pan e a gente fazer num dos estádios de lá e de repente fazer uma festa de abertura.

2103

2104

2105 **Fernando César Carneiro - Ministério da Saúde**

2106

2107 Infelizmente eu tenho aqui já uma reunião agora na Casa Civil, e até sobre um assunto que eu vi que tem a ver com a área de comunicação que é uma comissão de bioeletromagnetismo e tenho que estar lá agora. Mas só queria quanto a isso expressar que o Ministério da Saúde não sei se a programação já está fechada, mas se tivesse algum espaço para fazer algum informe sobre a questão da Política Nacional de Saúde Ambiental e a necessidade de interface de conselhos de Meio Ambiente com Conselhos de Saúde. Essa podia ser até uma fala casada com o Conselho Nacional de Saúde porque o setor Saúde já tem uma tradição de controle social que vem desde a constituição de 88 muito forte. Praticamente os cinco mil municípios brasileiros tem o Conselho Municipal de Saúde, é uma tradição que já tem há tempo e acho que essa experiência da saúde casada com a do Meio Ambiente um pode ajudar muito o outro e então eu faço aqui uma proposição e aquilo que poderia estar indo lá também e contribuindo e levando o documento da política, e infelizmente como nossa reunião está muito rápido, não sei se o nosso documento deve estar chegando, mas se não chegar a tempo de distribuir, porque nós trouxemos documentos até para os participantes aqui além da Câmara e vou pedir para você enviar esse documento de subsídios para Política de Saúde Ambiental depois para cada um dos presentes mas eu queria deixar registrado aqui essa vontade do Ministério da Saúde também de estar fazendo essa ligação nesse encontro que eu acho muito estratégico e muito mérito ior. E vou deixar o Marco que é o nosso suplente que vai estar continuando aqui a representação.

2124

2125 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**

2126

2127 Eu vou levar a sugestão do Ministério da Saúde e creio que a princípio não haverá nenhum problema, mas a gente leva à diretoria do CONAMA e ao Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente que está coordenando esse encontro, e aí a gente comunica ao Conselho no caso. Não, a gente comunica a vocês como Conselheiros do CONAMA. Isso.

2130

2131

2132 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2133

2134 Desculpa, eu saí para beber a água mas não peguei o início da explanação da Ruth não sei se vou ser repetitivo, é uma construção coletiva que começou inicialmente na construção de um grande encontro que reunisse Conselheiros municipais, estaduais e Conselheiros Nacionais de Meio Ambiente e depois se ampliou para outros colegiados, CONABIO, ANA, e então na verdade é uma interação dos conselhos na área de Meio Ambiente e acho que essa proposta, porque a Saúde a gente estava conversando também no intervalo, está com o enfoque de tratar muito a questão do princípio de prevenir os problemas de saúde através de políticas ambientais. Então eu acho que isso só vem a somar também e já vem nesse conceito de somar todos os conselhos preocupados com todas as áreas ambientais. Mais algum informe sobre isso? Encontro Nacional?

2142

2143

2144

2145 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2146

2147 Só uma coisinha, uma informação. Você falou que vão querer fazer paritário?

2148

2149

2148 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2149

2150 Não, é uma reunião, não tem nem poder de decisão.

2151

2152

2152 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2153

2154

2154 Isso não tem poder de decisão. É um encontro paritário.

2155

2156 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

2157

2158 Vou explicar o que eu falei. Eu falei que para os colegiados participarem do encontro, tinha alguns
2159 critérios, principalmente para conselhos municipais de Meio Ambiente, os conselhos municipais teriam
2160 que se reunir pelo menos em 2006 e 2007, critérios. Outro critério é que eles fossem paritários ou pelo
2161 menos que tivessem participação de todos os setores. E tem mais um outro critério que não me veio à
2162 memória nesse momento, mas foram três critérios, porque são cinco e mil e poucos municípios, mas
2163 nem todos tem Conselho, é lógico. Mas os que tem conselhos também tinha a possibilidade que
2164 viessem todos e também é interessante que venham os que realmente estão atuando, só para vir
2165 porque não tem sentido. Tem uma comissão que é responsável por esse trabalho e por discutir todos
2166 esses encaminhamentos, dos quais a comissão participou várias instituições e agora já está bem
2167 encaminhado. O problema está sendo recursos financeiros. Se alguém souber de recursos,
2168 principalmente porque tem municípios do Norte do país que não tem recurso nenhum para poder trazer
2169 seus Conselheiros. Então nós estamos vendo de onde obter esses recursos. Se alguém quiser saber
2170 mais alguma coisa.

2171

2172 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2173

2174 OK. Informações. 5. 2.

2175

2176 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

2177

2178 O 5.2 é um grupo de monitoramento da Resolução 362 que trata do rerefino. Ou seja, da destinação de
2179 óleos lubrificantes usados e dentro dessa Resolução foi proposto esse Grupo de Trabalho para
2180 monitorar essa Resolução, como que está sendo efetivado o cumprimento dessa Resolução e nesse
2181 grupo também foi discutido percentuais, novos percentuais de destinação e de recolhimento, isso aí vai
2182 ser um consenso entre o MME que já tem a proposta e o MMA que vai ser publicada uma portaria
2183 brevemente. Então, o grupo está em atividade e vai reunir agora em agosto novamente, mas já
2184 apresentaram e eles têm que apresentar relato em toda a primeira reunião do ano do CONAMA, e eles
2185 apresentaram esse ano na primeira reunião que foi o primeiro relato. E então todos os anos na primeira
2186 reunião do CONAMA esse grupo de monitoramento apresenta como é que está sendo cumprida essa
2187 Resolução ou não. E eles discutem algumas outras coisas também que é do interesse da Resolução,
2188 mas o principal objetivo deles é esse monitoramento da Resolução.

2189

2190 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2191

2192 Gostaria apenas de fazer um comentário que é o seguinte. Eu acho que você está fazendo esse
2193 informe aqui porque originariamente essa Resolução saiu desta Câmara. Mas essa Câmara, ela não
2194 tem mais nada a ver com esse grupo em termos funcionais. É claro, em termos ambientais com os
2195 Conselheiros, sim, mas essa Câmara não tem mais nada a ver com o grupo, não é mais dessa câmara.
2196 Eu acho que seria para os novos interessante colocar isso que é útil porque este grupo o grupo
2197 originário foi da Câmara mas a partir daqui não temos nenhuma ação sobre esse grupo.

2198

2199 **Ruth Tabacznski - Assessora Técnica do CONAMA**

2200

2201 É, realmente, quando a gente começa a acompanhar o processo você já pensa que todo mundo sabe,
2202 eu esqueci que é o começo. Realmente ele foi um grupo criado na Resolução no corpo da Resolução,
2203 mas mesmo nesse momento da criação já disse que não é um grupo do CONAMA. Ele é coordenado
2204 pelo Ministério do Meio Ambiente com a participação do MME e das empresas refinadoras, os
2205 produtores, importadores, distribuidores. Então é um grupo grande e eles só apresentam esse relato
2206 porque é uma Resolução CONAMA que é uma proposta que dentro da Resolução também está dito
2207 que eles têm que apresentar ao CONAMA esse monitoramento. Mas realmente ele não é mais um
2208 grupo pertencente ao CONAMA, ele é do MMA coordenado pelo MMA.

2209

2210 **Roberto Alves Monteiro - Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA/SRH/MMA**

2211

2212 Roberto Monteiro. Só uma complementação. Efetivamente o que foi colocado o grupo decorre da
2213 revisão Resolução de rerefino de óleos lubrificantes usados aonde houve essa determinação da criação
2214 de um grupo permanente e esse grupo permanente efetivamente está vinculado à área de

2215 acompanhamento de execução dos trabalhos. Agora, uma das razões principais que não foi colocada é
2216 a questão que essa área de recolhimento do óleo lubrificante usado e o rerefino, ou seja, o rerefino ele
2217 tem suficiência econômica no seu trabalho, porque ele gera óleo básico de alto valor agregado. Agora,
2218 se você botar a planilha toda com o recolhimento a coisa já se inviabiliza. Então há um acordo dentro
2219 dessa política de recolhimento de óleo lubrificante usado de haver um ressarcimento do recolhimento,
2220 dos custos de recolhimento do óleo. Então essas novas metas que implica em mais ressarcimento, em
2221 implica em controle se efetivamente está sendo cumprida e também aí cumpre esse papel não só em
2222 termos ambientais, mas em toda a política de lubrificante do país a existência desse Grupo de Trabalho
2223 que não é vinculado à esta Câmara. Criado pelo comitê, mas não vinculados a essa Câmara.
2224

2225 **José Alberto Rodrigues Santos - IBC**

2226
2227 Por acaso eu na época era Conselheiro e fui coordenador desse GT e fui relator também dele. É o
2228 seguinte. Nós colocamos isso como Case. É a primeira Resolução da implementação e então é
2229 importante como diz o Cláudio toda hora, lei que pega e que não pega e por isso que há um interesse
2230 geral com todos os atores envolvidos e o que nós fizemos de novidade nisso? Primeiro, realizamos um
2231 seminário com todos os órgãos ambientais, estaduais e municipais para ver como estava isso em
2232 outubro do ano passado. E de lado foi apontada uma série de necessidades, necessidades essas que
2233 estão sendo feitas num planejamento e vamos começar agora com encontros regionais, dividindo o país
2234 nas cinco regiões e em cada região. Foi definido na última reunião da ABEMA, e inclusive e
2235 paralelamente isso que vai redundar num programa específico de encontros regionais, tem um grupo
2236 que está tentando de uma certa forma uniformizar o licenciamento de algumas unidades. Fazendo
2237 levantamento dos órgãos estaduais e alguns órgãos municipais que fazem o licenciamento, verificou-se
2238 que há uma discrepância muito grande. E então está se procurando uma espécie de um agrupado o
2239 que fazer uma planilha mínima necessária para caracterizar um empreendimento de rerefino. Esse é
2240 algum dos objetivos que estava me lembrando e nós temos reuniões marcadas dia 21 e 22 de agosto
2241 para a sétima reunião desse grupo. Em São Paulo. Perfeito.
2242

2243 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2244
2245 Então teria uma informação a mais sobre isso. Ruth, outros encaminhamentos e informações.
2246

2247 **Ruth Tabaczewski - Assessora Técnica do CONAMA**

2248
2249 O Cláudio Alonso até já levantou isso aqui, eu trouxe como informe porque não estava na pauta, aquela
2250 moção para implementação da Política Nacional de Mercúrio apresentada pela APROMAC e algumas
2251 ONGs ao CONAMA, foi até publicado no Diário Oficial, agora já está no site do CONAMA, é para tomar
2252 conhecimento que isso vai ser pautado para a próxima reunião da Câmara para ser discutido. Eles
2253 propõem a criação e implementação de uma Política Nacional de Mercúrio. Nós já temos um outro
2254 processo aí de lâmpadas mercuriais, teria que ver como que fica mas isso aqui estou trazendo como
2255 informe porque não houve tempo hábil para colocar na página do CONAMA e pautar porque nós temos
2256 que colocar a pauta quinze dias antes da reunião para os procedimentos todos e essa Resolução só
2257 chegou agora essa semana. Então, aliás é uma moção apresentada pelas ONGs na plenária do
2258 CONAMA para criação dessa política.
2259

2260 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2261
2262 São as emoções. Tem muitas. É o seguinte. Eu acho que isso aí se encaixa em outro item que a
2263 gente discutiu, então tudo bem. Eu gostaria de apenas fazer desta reunião um resumo do que sobrou,
2264 que eu acho que é importante porque eu gostaria de repisar isso, não esquecer de mandar um ofício ao
2265 CIPAM sobre o caso de pilhas e baterias solicitando que a Câmara que pediu a reunião conjunta,
2266 justifique o porque por escrito, a proposta da ANAMMA deve ser apresentada na próxima reunião para
2267 uma decisão sobre o artigo onze, a apresentação de dez minutos sobre o amianto ela é condicionada
2268 à apresentação prévia de material por escrito no site e São Paulo vai relatar a questão.
2269

2270 **Fernando César Carneiro - Ministério da Saúde**

2271
2272 Só uma questão de acompanhamento. Sim, seria dez minutos para cada. Seria dez minutos para o
2273 Ministério da Saúde.
2274

2275 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2276

2277 Por cada um que fizer e tiver uma defesa de uma política e etc e tal. Acondicionada a envio. Eu queria
2278 só pedir ao CONAMA que tivesse o cuidado para as próximas reuniões nós tivéssemos o cuidado e
2279 hábito de colocarmos sobre o que trata a Resolução para facilitar nossa pesquisa. Por exemplo o artigo
2280 4.5, só para exemplificar, proposta da revisão da Resolução 0495, como eu não sei de cor o que é isso,
2281 eu entro no site, a 9504, a gente perde tempo. Aí eu copieie e coleie no meu e etc e tal, mas é mais fácil
2282 para facilitar a pesquisa dos membros dessa Câmara Técnica e etc, queria fazer essa solicitação para
2283 vocês. E dizer e primeiro agradecer a confiança de todos da coordenação, a gente fez uma reunião
2284 rápida até porque hoje a gente transferiu muita coisa para a próxima, era muito o perfil desta reunião
2285 mesmo, tomar conhecimento, o principal item de decisão acabou ficando também para a próxima que é
2286 discutir a Resolução do amianto, mas que eu queria antes de mais nada pedir a todos os interessados,
2287 apoio dorsos, os participantes convidados nas reuniões que tivessem também o hábito de colocar todas
2288 as informações que dispõe, incluir nos processos ou então se porventura e por interesse não tiver
2289 interesse de incluir determinada informação e determinada correspondência, determinada carta técnica,
2290 que fizesse isso com os Conselheiros, de forma a subsidiar a tomada de decisão dos membros dessa
2291 Câmara Técnica para que a gente chegue aqui conhecimento dos termos, com conhecimento de causa
2292 para facilitar agilizar ainda mais o debate e decisão das propostas em pauta. Normalmente eu sei que
2293 as reuniões acabam mudando às vezes os interlocutores, mas muitas delas são parecidas. Então
2294 esses interlocutores muitas vezes poderiam nos subsidiar antes disso o qual muitos dos argumentos que
2295 aqui surgem poderiam ser feitos previamente e subsidiar essa informação com uma posição mais
2296 formada e quem sabe um consenso estabelecido e então pedi como orientação a todos que tivesse isso
2297 como prática para que a gente pudesse buscar agilidade nos encaminhamentos dessa Câmara
2298 Técnica. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa. Uma das coisas que a gente poderia encaminhar,
2299 aos membros da Câmara Técnica novos, eu solicito o cuidado na leitura não só do regimento interno
2300 para que as pessoas saibam o sistema de funcionamento, mas também dos documentos à disposição,
2301 para que a gente não chegue aqui perdido, e eu cheguei assim quando eu cheguei no início, eu
2302 chegava muito perdido e aí eu tive que acostumar a entrar e estudar mesmo. Então, é uma solicitação
2303 aos membros da Câmara Técnica que a gente entre no site e faça todo aquele processo de pesquisa
2304 para a gente ter esse conhecimento. E outra coisa que a Ruth colocou aqui que vocês lembrem de
2305 consultar cada um dos setores que representam para trazer a proposta consensada do setor que
2306 representam. Nós teríamos que definir aqui ou não a próxima ou indicativo aproximado da próxima
2307 reunião nossa. Normalmente a gente toma a decisão do dia, mas tira um indicativo para mais
2308 aproximadamente. Então eu pergunto aos membros da Câmara Técnica, se alguém tem alguma
2309 proposta de indicativo de próxima reunião ou se eu unilateralmente acabo tomando junto com o
2310 Ministério do Meio Ambiente, como é que fica isso?

2311

2312 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2313

2314 Eu só pediria que não fosse em menos de um mês, claro aquelas coisas de praxe que o CONAMA sabe
2315 fazer bem e direitinho. Que se medisse com uma certa clareza os tempos necessários. Eu tenho dois
2316 dias de hotel e terminamos muito cedo hoje. Eu acho que é possível um pouco, é lógico que na
2317 primeira reunião é muito difícil, não estou condenando ninguém. É muito difícil na primeira reunião, mas
2318 depois com a prática, eu sei porque eu já coordenei outra Câmara, a gente tem uma certa sensibilidade
2319 até do que vai ser pedido para tirar de pauta. Às vezes um telefonema e tal a gente resolve. A gente
2320 mesmo se quiser pedir um pedido de vistas já avisa o cara antes vou pedir vista e então não adianta
2321 pedir dois dias, porque eu vou pedir vista e tal. Somos só seis, sete pessoas é muito fácil fazer isso e
2322 ter uma sensibilidade para o tempo ser correto. Eu tenho dois dias de Brasília para fazer o quê?
2323 Passear no lago?

2324

2325 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2326

2327 No passado eu solicitei porque nós estávamos quase fazendo dava uma por mês, e eu que sugeri que
2328 ao invés de fazer uma por mês fosse uma a cada 40 dias de preferência dois dias eu sou de Foz de
2329 Iguaçu, não sei se Alagoas tem essa dificuldade e é mais fácil para quem é de Brasília, mas eu passo
2330 para ir e vir seis horas dentro de avião fora dentro de aeroporto que vocês imaginam como é que está
2331 então são seis horas dentro de avião. Talvez eu vou propor só o seguinte que a próxima reunião seja
2332 de dois dias pela extensão e a partir da próxima a gente tenta encaminhar para um dia cada um.

2333

2334 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2335
2336 A Câmara de qualidade dificilmente trabalhou com dois dias. Nem por isso produziu menos que essa.
2337 Existe a possibilidade de trabalhar em um dia sim, A de qualidade não fez com menor qualidade e fez
2338 tantas resoluções quanto essa ou talvez menos, mas muito mais complexas. É possível. O problema
2339 não é ficar um ou dois dias, o problema é você medir direito se vale a pena um ou dois dias. Se na
2340 próxima reunião por exemplo vai haver uma explanação sobre o amianto, mas a gente já tiver certeza
2341 que não vai ser decidido não adianta marcar dois dias essa é a sensibilidade que a coordenação tem
2342 que ter, sabe? Tem que fazer uma certa avaliação. Será que não sei quem vai pedir dar uma ligada e
2343 o cara mesmo liga. Somos sete só, sabe? É possível fazer isso com uma certa precisão.
2344

2345 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2346
2347 Eu acho que a primeira tinha que ser dois dias pelo tamanho da pauta já.
2348

2349 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**

2350
2351 Eu concordo com as colocações do Cláudio Alonso, mas para a próxima com certeza nós devemos
2352 precisar de dois dias pelo volume de trabalho e também hoje que acabou mais cedo justamente, porque
2353 não teve tanta coisa para ser deliberada.
2354

2355 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2356
2357 Mas não tem para a próxima também. Não tem.
2358

2359 **Alexandre Valadares Mello - CNI/CNC**

2360
2361 Bom, no meu entendimento tem e também a gente colocaria por volta do início de setembro essa
2362 próxima reunião.
2363

2364 **Ruth Tabaczinski - Assessora Técnica do CONAMA**

2365
2366 O Cláudio Alonso tem razão. Agora esses dois dias que a gente programou é porque nós tínhamos
2367 matérias delibero ativas e então em geral quando tem matéria deliberativa as discussões são longas,
2368 extenuantes e às vezes num dia não consegue terminar. Mas como a Câmara deliberou por deliberar
2369 na próxima reunião, então por isso que ficou um dia só, mas tinha matéria para ser deliberada em dois
2370 dias, porque só amianto, só movimentação de resíduos é bastante pesado. Mas como não se deliberou
2371 nada, realmente ficou ocioso um dia, o que é lamentável.
2372

2373 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2374
2375 OK. Por indicativo aí nós vamos tentar marcar ou final do mês de agosto ou início de setembro.
2376

2377 **Cláudio Darwin Alonso - Governo do Estado de São Paulo**

2378
2379 Quando é a plenária?
2380

2381 **André Alliana - ANAMMA/REGIÃO SUL**

2382
2383 Final de setembro. Dezoito e dezenove de setembro. OK, mais ou menos por aí. A semana anterior
2384 do CONAMA não pode ter reunião de Câmara Técnica. Então a primeira semana ou última semana de
2385 agosto ou primeira semana de setembro, mais ou menos por aí a gente vê qual é a melhor data e que
2386 conseguem fechar a agenda de todos aí para dar quorum, porque não dá para marcar se não der
2387 quorum. Nós vamos averiguar com todos e a gente vê o que consegue encaminhar para final de agosto
2388 e começo de setembro, e a gente vê qual é a melhor data. OK? Agradeço a presença de todos, mais
2389 uma vez reitero, reforço o pedido de informações e contatos com os interessados sobre os temas para
2390 subsidiar-nos das informações para tomada de decisão. Muito obrigado.
2391
2392
2393